



# DIÁRIO da Assembleia da República

X LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2005-2006)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 27 DE JANEIRO DE 2006

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. Jaime José Matos da Gama

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. Maria Celeste Lopes da Silva Correia  
Fernando Santos Pereira

## SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 10 minutos.

Em debate mensal com o Parlamento, sobre simplificação administrativa e desenvolvimento da economia, o Sr. Primeiro-Ministro (José Sócrates), após uma intervenção inicial, deu resposta a questões colocadas pelos Srs. Deputados Luís Marques Mendes (PSD), Alberto Martins (PS), Jerónimo de

Sousa (PCP), Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP), Francisco Louçã (BE), Francisco Madeira Lopes (Os Verdes), Rosário Cardoso Águas (PSD), Maximiano Martins (PS), Bernardino Soares (PCP) e António Pires de Lima (CDS-PP).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 50 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 10 horas e 10 minutos.*

*Srs. Deputados presentes à sessão:*

Partido Socialista (PS):

Agostinho Moreira Gonçalves  
Alberto Marques Antunes  
Alberto de Sousa Martins  
Aldemira Maria Cabanita do Nascimento Bispo Pinho  
Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes  
Ana Maria Ribeiro Gomes do Couto  
António Alves Marques Júnior  
António Bento da Silva Galamba  
António José Ceia da Silva  
António José Martins Seguro  
António Ramos Preto  
António Ribeiro Gameiro  
Armando França Rodrigues Alves  
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho  
Carlos Alberto David dos Santos Lopes  
Cláudia Isabel Patrício do Couto Vieira  
David Martins  
Deolinda Isabel da Costa Coutinho  
Elísio da Costa Amorim  
Fernanda Maria Pereira Asseiceira  
Fernando Manuel de Jesus  
Fernando dos Santos Cabral  
Glória Maria da Silva Araújo  
Horácio André Antunes  
Hugo Miguel Guerreiro Nunes  
Isabel Maria Batalha Vigia Polaco de Almeida  
Isabel Maria Pinto Nunes Jorge  
Jaime José Matos da Gama  
Joana Fernanda Ferreira Lima  
Joaquim Barbosa Ferreira Couto  
Joaquim Ventura Leite  
Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão  
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro  
Jorge Manuel Monteiro de Almeida  
Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho  
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro  
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego  
José Augusto Clemente de Carvalho  
José Carlos Bravo Nico  
José Carlos Correia Mota de Andrade  
Jovita de Fátima Romano Ladeira  
João Barroso Soares  
João Cardona Gomes Cravinho  
João Cândido da Rocha Bernardo  
João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano  
João Raul Henriques Sousa Moura Portugal  
Leonor Coutinho Pereira dos Santos  
Luiz Manuel Fagundes Duarte  
Luís António Pita Ameixa  
Luís Garcia Braga da Cruz  
Luís Miguel Morgado Laranjeiro  
Luísa Maria Neves Salgueiro  
Lúcio Maia Ferreira  
Manuel António Gonçalves Mota da Silva  
Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro

Manuel Luís Gomes Vaz  
Manuel Maria Ferreira Carrilho  
Marcos Sá Rodrigues  
Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos  
Maria Antónia Moreno Areias de Almeida Santos  
Maria Celeste Lopes da Silva Correia  
Maria Cidália Bastos Faustino  
Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa  
Maria Helena Terra de Oliveira Ferreira Dinis  
Maria Helena da Silva Ferreira Rodrigues  
Maria Hortense Nunes Martins  
Maria Irene Marques Veloso  
Maria Isabel Coelho Santos  
Maria José Guerra Gamboa Campos  
Maria Júlia Gomes Henriques Caré  
Maria Matilde Pessoa de Magalhães Figueiredo de Sousa Franco  
Maria Odete da Conceição João  
Maria Teresa Alegre de Melo Duarte Portugal  
Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmento Diniz  
Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina  
Maria de Fátima Oliveira Pimenta  
Maria de Lurdes Ruivo  
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro  
Maximiano Alberto Rodrigues Martins  
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque  
Miguel João Pisoero de Freitas  
Nelson Madeira Baltazar  
Nuno André Araújo dos Santos Reis e Sá  
Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão  
Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro  
Paula Cristina Barros Teixeira Santos  
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte  
Paula Cristina Nobre de Deus  
Pedro Manuel Farmhouse Simões Alberto  
Pedro Nuno de Oliveira Santos  
Renato Luís Pereira Leal  
Renato Luís de Araújo Forte Sampaio  
Ricardo Jorge Teixeira de Freitas  
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves  
Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues  
Rita Susana da Silva Guimarães Neves  
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz  
Rosalina Maria Barbosa Martins  
Rui do Nascimento Rabaça Vieira  
Sandra Marisa dos Santos Martins Catarino da Costa  
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos  
Telma Catarina Dias Madaleno  
Teresa Maria Neto Venda  
Vasco Seixas Duarte Franco  
Victor Manuel Bento Baptista  
Vitalino José Ferreira Prova Canas  
Vitor Manuel Sampaio Caetano Ramalho  
Vitor Manuel Pinheiro Pereira

Partido Social Democrata (PSD):

Adão José Fonseca Silva  
Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso  
António Alfredo Delgado da Silva Preto  
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado  
António Joaquim Almeida Henriques  
António Ribeiro Cristóvão  
Arménio dos Santos

Carlos Alberto Garcia Poço  
Carlos Alberto Silva Gonçalves  
Carlos António Páscoa Gonçalves  
Carlos Manuel de Andrade Miranda  
Domingos Duarte Lima  
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco  
Emídio Guerreiro  
Feliciano José Barreiras Duarte  
Fernando Mimoso Negrão  
Fernando Santos Pereira  
Fernando dos Santos Antunes  
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva  
Henrique José Praia da Rocha de Freitas  
Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves  
Hugo José Teixeira Velosa  
Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte  
Jorge Fernando Magalhães da Costa  
Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva  
Jorge Tadeu Correia Franco Morgado  
José Eduardo Rego Mendes Martins  
José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro  
José Manuel Pereira da Costa  
José Manuel de Matos Correia  
José Pedro Correia de Aguiar Branco  
José Raúl Guerreiro Mendes dos Santos  
Luís Filipe Alexandre Rodrigues  
Luís Filipe Carloto Marques  
Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves  
Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes  
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes  
Luís Miguel Pais Antunes  
Luís Miguel Pereira de Almeida  
Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira  
Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida  
Maria Helena Passos Rosa Lopes da Costa  
Maria Irene Martins Baptista Silva  
Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro  
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas  
Melchior Ribeiro Pereira Moreira  
Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas  
Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz  
Mário Patinha Antão  
Mário da Silva Coutinho Albuquerque  
Nuno Maria de Figueiredo Cabral da Câmara Pereira  
Pedro Miguel de Azeredo Duarte  
Pedro Quartin Graça Simão José  
Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos  
Ricardo Jorge Olímpio Martins  
Rui Manuel Lobo Gomes da Silva  
Zita Maria de Seabra Roseiro

Partido Comunista Português (PCP):

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes  
António Filipe Gaião Rodrigues  
Artur Jorge da Silva Machado  
Bernardino José Torrão Soares  
Francisco José de Almeida Lopes  
Jerónimo Carvalho de Sousa  
José Batista Mestre Soeiro  
José Honório Faria Gonçalves Novo  
Maria Luísa Raimundo Mesquita  
Miguel Tiago Crispim Rosado

Partido Popular (CDS-PP):

Abel Lima Baptista  
António Carlos Bivar Branco de Penha Monteiro  
António de Magalhães Pires de Lima  
Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio  
João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo  
João Nuno Lacerda Teixeira de Melo  
Luís Pedro Russo da Mota Soares  
Nuno Miguel Miranda de Magalhães  
Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Bloco de Esquerda (BE):

Alda Maria Gonçalves Pereira Macedo  
Ana Isabel Drago Lobato  
Fernando José Mendes Rosas  
Francisco Anacleto Louçã  
Helena Maria Moura Pinto  
Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda  
Mariana Rosa Aiveca Ferreira

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes  
Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia

O Sr. **Presidente**: — Sr. <sup>as</sup>s. e Srs. Deputados, nos termos do artigo 239.º do Regimento, vamos dar início ao debate mensal com o Primeiro-Ministro, sobre simplificação administrativa e desenvolvimento da economia.

Para abrir o debate, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo mantém-se fiel, inteiramente fiel, ao rumo que traçou.

O desafio central que o País tem pela frente é o desafio do crescimento económico — e é nele que continuamos a concentrar o essencial das nossas atenções.

Quando aqui apresentei o Programa do Governo anunciei, com clareza, aqueles que são os três pilares essenciais da nossa política económica: o Plano Tecnológico, que estamos já a executar em todas as frentes; o Compromisso de Consolidação das contas públicas, que estamos a cumprir; e o Contrato para a Confiança, orientado para um renovado impulso ao investimento, e que começa agora a dar frutos visíveis.

Com o lançamento, nas últimas semanas, de vários projectos de investimento privado, está em desenvolvimento um novo ciclo de investimento modernizador na economia portuguesa. Estão a arrancar, finalmente, projectos de tecnologia avançada, que apostam na inovação e em recursos humanos altamente qualificados, para melhor competir no mercado global; anunciam-se projectos industriais orientados para as exportações; confirmam-se investimentos que apontam não apenas para a consolidação do *cluster* automóvel mas para as suas expansão e qualificação; e avançam, finalmente, projectos para reforçar a oferta turística de alta qualidade em Portugal.

Em suma, dão-se os passos que permitirão colocar a economia portuguesa a competir no mercado global em patamares de maior exigência tecnológica e de maior valor acrescentado. Este é o caminho certo para Portugal!

*Aplausos do PS.*

Mas há ainda muito a fazer para consolidar este caminho.

Uma das apostas do Contrato para a Confiança é a criação de um bom ambiente para os negócios, que passa pelo combate à burocracia, que — é verdade — asfixia a vida empresarial. Todos os estudos mostram que este é um dos principais obstáculos à modernização e à competitividade da nossa economia.

Pois a nossa agenda neste domínio deve ser esta: superar obstáculos burocráticos inúteis; simplificar os procedimentos administrativos; reduzir os prazos de resposta; eliminar as formalidades dispensáveis, os requisitos absurdos, os falsos instrumentos de controlo que verdadeiramente ninguém utiliza no Estado.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Muito bem!

**O Orador:** — E este é um contributo fundamental para libertar recursos das empresas, para dar mais dinamismo à economia e para eliminar custos públicos de contexto, que se agravam ano após ano.

O Governo tem adoptado neste domínio medidas de uma ambição sem precedentes, como é o caso do procedimento de constituição de «empresas na hora» — que já permitiu a criação de 2622 empresas, com um tempo médio de constituição de apenas 1 hora e 7 minutos.

*Aplausos do PS.*

Mas é preciso fazer mais, muito mais!! Por isso, quero aqui anunciar que o Governo resolveu lançar um novo programa, um ambicioso Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa, cujo objectivo é facilitar a vida dos cidadãos e das empresas.

Este Programa terá dois eixos distintos e fundamentais: um de prevenção, para melhorar a produção legislativa e assegurar a prévia avaliação dos custos administrativos de cada nova regulamentação; outro virado para a simplificação administrativa na vida dos cidadãos e das empresas, coordenado e dinamizado pela Unidade de Coordenação para a Modernização Administrativa.

Este Programa será apresentado já no mês de Março e identificará centenas de medidas de eliminação, simplificação e desmaterialização de actos e procedimentos administrativos, que serão executadas ainda durante o corrente ano de 2006.

Mas, para se perceber o alcance do que está em causa, quero aqui apresentar 10 medidas que já decidimos adoptar e que considero de essencial importância para as empresas portuguesas e que, estou certo, em muito poderão contribuir para o dinamismo da vida económica.

Primeira medida: o Governo vai tornar facultativas todas as escrituras públicas sobre actos relativos à vida das empresas.

Hoje, para constituir uma sociedade comercial, alterar os seus estatutos, aumentar ou reduzir o capital social, operar a fusão ou a cisão de sociedades, modificar a firma, alterar o objecto ou até simplesmente mudar a sede de uma empresa é sempre obrigatória a escritura pública, a celebrar no notário, sendo que depois o mesmíssimo acto tem de ser ainda registado na conservatória do registo comercial.

Temos, portanto, um duplo controlo de legalidade, que se paga a dobrar.

Ora, isto vai acabar. O Governo decidiu tornar facultativas todas as escrituras públicas relativas à vida das empresas (que não envolvam bens imóveis), de modo a poupar aos agentes económicas o custo inerente a cerca de 65 000 escrituras públicas por ano. Doravante, ao investidor bastará praticar o acto pretendido junto da conservatória de registo comercial, a quem caberá garantir a segurança jurídica através de um único acto de controlo público.

Segunda medida: vamos simplificar todo o regime da fusão e da cisão de sociedades.

Hoje, para fazer uma fusão ou cisão de uma sociedade são necessários três actos de registo nas conservatórias, quatro publicações em papel na III Série do *Diário da República*, uma escritura pública no notário e duas publicações em jornais locais. Dez actos e procedimentos! Para quê tanto acto administrativo e tanta burocracia? Ninguém sabe. Mas é tempo de isto mudar!

No processo de fusão e cisão de sociedades bastará registar o projecto num *site web*, publicar também num *site web* a convocatória da Assembleia Geral e proceder a um único registo na conservatória, a publicitar também por via electrónica. O processo será, portanto, muito mais rápido, mais barato e muito «mais amigo» de quem quer investir.

*Aplausos do PS.*

Como terceira medida, vamos criar uma modalidade de «dissolução e liquidação na hora» das sociedades.

Hoje em dia, encerrar uma sociedade tornou-se um verdadeiro calvário: tem de celebrar-se uma escritura pública no notário, tem de se registrar a dissolução e a liquidação na conservatória e, até há poucos dias, também era necessário publicitar estes actos na III Série do *Diário da República*.

Também isto vai deixar de ser assim. O empresário passará a poder dirigir-se simplesmente a uma conservatória e, num único momento, dissolver e liquidar a sociedade, procedendo de imediato ao registo desse acto. A publicação passará a fazer-se por via electrónica, com recurso a um *sítio* que já está disponível.

Quarta medida: vamos acabar com todos os livros de escrituração mercantil, excepto o *Livro de Actas*.

Os empresários sabem bem do que estou a falar e conhecem as exigências que permanecem na legislação actual. Hoje, de acordo com a lei, as empresas ainda são obrigadas a manter os *Livros de Inventário*, os *Livros de Balanço*, os *Livros de Razão*, embora sem razão, e — chamo a atenção especial para este — o *Livro Copiador*, aquele onde é suposto anotar-se, na íntegra, cronológica e sucessivamente, de preferência sem rasuras, toda a correspondência expedida. Mais: todos estes livros têm de ser obrigatoriamente legalizados na conservatória de registo comercial, que deve carimbar todos e cada um dos livros na sua abertura, rubricar todas as suas folhas e lavrar os termos de fecho.

Isto vai deixar de ser assim!

Todos estes livros comerciais vão deixar de ser obrigatórios pela simples razão que são hoje desnecessários.

sários e obsoletos. E mesmo o *Livro de Actas*, o único que se mantém, deixará de ser certificado na conservatória. Com esta medida, para além de uma imensa economia de tempo e dinheiro, há meio milhão de actos que agora se exigem desnecessariamente às empresas e que vão deixar de existir.

*Aplausos do PS.*

Quinta medida: simplificar a autenticação de documentos e reconhecimento presencial de assinaturas.

Todos sabemos que hoje estes actos têm obrigatoriamente de ser praticados nos notários. De futuro, o reconhecimento presencial, por semelhança e na qualidade, de assinaturas passará a poder ser feito também por conservatórias, advogados, solicitadores e câmaras de comércio e indústria.

Sexta medida: vamos criar, para as empresas, um novo regime de prestação única de contas.

Reparem bem, Srs. Deputados: actualmente, e ao longo do ano, as empresas estão obrigadas a praticar numerosos actos perante diferentes serviços do Estado, em que se repete muita informação, sempre em formulários diferentes: a declaração do modelo 22 para as Finanças; o depósito da prestação de contas e respectivos anexos nas conservatórias de registo comercial e ainda os formulários de informação estatística para o INE e o Banco de Portugal, entre muitos outros.

Vamos agora unificar, num único momento e num único acto, todas estas obrigações. O que o Governo pretende é que haja um único período no ano, o mês de Maio, em que as empresas têm de praticar um único acto de prestação de informação e contas, acto esse que será desmaterializado e realizado por via electrónica.

*Aplausos do PS.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, esta é uma medida de extraordinário alcance: com isto vamos eliminar milhões de actos burocráticos isolados, a que estão obrigadas as 350 000 empresas. Poupa-se tempo, reduzem-se custos e simplifica-se o próprio controlo administrativo.

Sétima medida: entre as empresas e a segurança social haverá uma prestação única de informação.

Presentemente, a lei exige que a maior parte das empresas entregue ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social vários modelos de declarações. Em Abril, as empresas têm de entregar os quadros de pessoal e a declaração de remunerações à segurança social; em Julho, têm de entregar o balanço social, o relatório da formação profissional, o relatório da segurança, higiene e saúde no trabalho, as estatísticas de acidentes de trabalho e as estatísticas de greves; por fim, em Outubro — se resistirem! —, as empresas têm ainda de entregar os dados para os inquéritos aos ganhos e ao emprego estruturado.

Já no próximo ano, todas estas declarações serão entregues num único momento, num só formulário e num único ponto de contacto, independentemente do serviço público a que se destinem. Eis outra alteração importante, que vai reduzir radicalmente o peso burocrático na relação das empresas com a segurança social.

Oitava medida: vamos eliminar a obrigatoriedade das certidões de inexistência de dívidas à segurança social e às finanças.

Actualmente, os particulares, mas também as pessoas colectivas que concorrem à concessão de subsídios ou a concursos públicos de contratação de bens e serviços, têm de instruir os seus processos com as conhecidas declarações de situação contributiva regularizada perante as finanças e a segurança social. Na prática, tem de se pedir ao Estado uma informação que o Estado já tem. E para se dar a conhecer a quem? Ao próprio Estado! Graças a esta «imaginação burocrática», só os serviços da segurança social emitem mais de 150 000 certidões negativas de dívida todos os anos!!

Pois, ainda este ano estas certidões obrigatórias serão eliminadas, instituindo-se em sua substituição aquilo que é razoável: um sistema de circulação de informação no interior do Estado, sem prejuízo da salvaguarda dos deveres de confidencialidade.

*Aplausos do PS.*

Como nona medida, vamos instituir o procedimento «marca na hora».

Este novo mecanismo, à semelhança da «empresa na hora», vai permitir obter imediatamente os títulos de propriedade sobre firmas e marcas, num único balcão.

Décima medida: vamos simplificar a prestação de informação pelas empresas industriais.

Esta medida consiste na eliminação das obrigações de registo e actualização para efeitos de Cadastro Industrial. Essa informação passará a ser recolhida pela Administração no âmbito do próprio processo de licenciamento das actividades industriais.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Estas 10 medidas são boas notícias para as empresas e boas notícias para o investimento. Elas eliminam milhões de actos obrigatórios e pouparam muitos milhões de euros. Só as medidas — reparem bem! — respeitantes a livros, escrituras e publicações permitem que as empresas poupem por ano mais de 125 milhões de euros em custos directos e indirectos.

Como já referi, todos os estudos credíveis sobre a economia portuguesa apontam os custos administra-

tivos e os procedimentos burocráticos como um dos entraves à competitividade da nossa economia. E o drama é que estes custos raramente são quantificados, porque compreendem milhares de pequenas parcelas, insignificantes em si mesmas, mas que, quando consideradas no seu conjunto, representam um fardo imenso.

A primeira tarefa é, portanto, tornar visíveis estes custos invisíveis. É por isso que, ao nível da Presidência do Conselho de Ministros, instituímos uma nova metodologia: toda a legislação a aprovar, para além da identificação do seu impacto orçamental, que já é exigida, deverá ser também acompanhada de uma avaliação dos respectivos custos administrativos para as empresas e para os cidadãos.

Tenhamos bem consciência do que está em causa: o que o Governo se propõe fazer é uma revolução no plano das mentalidades e dos hábitos instalados na Administração Pública portuguesa. Trata-se de uma alteração do velho paradigma: o de que o Estado deve exigir às empresas e aos cidadãos o máximo de informação possível. De forma rotineira, redundante e sistemática, e independentemente do risco, da necessidade e do custo, a Administração quer saber tudo, de todos e a todo o tempo — mesmo aquilo que já sabe ou já tinha obrigação de saber.

O único limite a esta prática não tem sido propriamente o céu, mas a falta de recursos, de capacidade ou, então, de imaginação burocrática.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Eu sei que há sempre uma lógica «sedutora» por trás de qualquer regulamento, há sempre uma boa justificação para mais uma formalidade, mas o problema é a acumulação de tudo isto: estas boas intenções, não raro, acabam em custos incomportáveis e em efeitos sufocantes para a actividade económica.

**O Sr. Presidente:** — Queira concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

**O Orador:** — Terminei já, Sr. Presidente.

O que pretendemos é instituir, progressivamente, um sistema inteligente, racional e simplificado de recolha da informação mínima necessária, em que o princípio implícito seja o da confiança no cidadão e nos agentes económicos, e em que a análise custo/benefício esteja sempre presente nas exigências da Administração, sem perder de vista, como é evidente, a segurança jurídica.

*Aplausos do PS.*

Às vezes é preciso parar para pensar, e verificar se com cada nova legislação e cada nova exigência administrativa não estamos a criar um problema maior do que aquele que se pretende resolver.

É preciso que o princípio político seja claro: nenhum regulamento sem fundamentação, nenhum pedido de informação sem razão de ser, nenhum formulário sem justificação.

Ao propor este debate, Sr. Presidente, quero trazer para o centro do debate político este problema sério: os custos administrativos excessivos que sobrecarregam a vida dos nossos cidadãos e das nossas empresas. E é também por aqui que passa o nosso projecto reformista e modernizador — a bem de Portugal e a bem dos portugueses!

*Aplausos do PS, de pé.*

**O Sr. Presidente:** — Para formular uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Mendes.

**O Sr. Luís Marques Mendes (PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, V. Ex.<sup>a</sup> acaba de anunciar ao Parlamento medidas de combate à burocracia e de simplificação administrativa e, nesse quadro, julgo que todo o País concorda com elas. São medidas sempre úteis e positivas.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Evidentemente, no domínio das empresas, para um bom ambiente de confiança na economia, talvez ainda fosse importante acrescentar o seguinte: o Estado pagar às empresas a tempo e horas!

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O Estado é o pior pagador para as empresas, e não haveria sinal de maior confiança do que fazer um esforço para o Estado pagar o que deve a tempo e horas.

*Aplausos do PSD.*

São, por isso, medidas — todo o País concorda — positivas e úteis.

Mas deixe-me dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro que o problema, o «cancro» maior do País, que as empresas sentem e que a economia portuguesa vive, é o peso do Estado. Temos em Portugal um Estado demasiado grande, um Estado demasiado gastador — absorve quase metade da riqueza nacional —, um Estado que, por isso mesmo, é insaciável a financiar-se: tem sempre de lançar mão de mais impostos e mais impostos, que penalizam fortemente as empresas.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — E todos sabemos que os impostos, sobretudo os impostos demasiado altos, são uma verdadeira arma de destruição maciça de empresas e de postos de trabalho.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O **Orador**: — Infelizmente, é o que está a acontecer.

Neste plano, que é o «cancro» da nossa economia — um Estado demasiado grande, demasiado gastador e que, por isso, lança muitos impostos —, o conjunto de medidas aqui apresentado, sendo positivo, traduz-se em «aspirinas», porque são «aspirinas» que não curam esta doença grave que é um Estado demasiado grande, gastador e insaciável na obtenção de impostos.

*Aplausos do PSD.*

Ao fim de um ano, esperava-se também do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, esta capacidade de mudar a estrutura e a dimensão do Estado, reduzindo o Estado e retirando dele o que não é imprescindível à economia. Contudo, o Governo não apresenta uma proposta sobre esta matéria.

Gostava hoje, Sr. Primeiro-Ministro, de apresentar-lhe não uma mas cinco propostas em concreto com esse objectivo.

Primeira proposta: os transportes — Carris, Metro, Transtejo em Lisboa e STCP no Porto. Não há qualquer razão para que estas empresas não possam ser concessionadas à iniciativa privada.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O **Orador**: — Diminui-se o peso do Estado, poupa-se dinheiro e ganha-se em qualidade!

Segunda proposta: gestão dos portos. Toda a gente sabe, basta conversar com os empresários, que é um dos maiores «cancros» da competitividade da nossa economia. Não há qualquer razão para que a gestão e a exploração dos portos não possam ser também concessionadas à iniciativa privada.

O Sr. **Hermínio Loureiro** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Diminui o tamanho do Estado, poupa-se dinheiro e ganha-se em competitividade!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Terceira proposta: a educação pré-escolar e os equipamentos de apoio à terceira idade. São áreas importantíssimas, mas não há qualquer razão para que não possam ser transferidas para a sociedade civil, para a iniciativa social, em particular para as instituições particulares de solidariedade social e para as Misericórdias.

*Aplausos do PSD.*

Diminui o peso do Estado, poupa-se dinheiro e ganha-se, seguramente, ainda mais qualidade!

Quarta proposta: centros de formação profissional. São estruturas importantíssimas, mas não há qualquer razão para que a sua gestão não seja confiada às associações empresariais.

Diminui a intervenção do Estado, poupa-se dinheiro e ganha-se um ajustamento em relação à nossa economia!

Quinta proposta: IAPMEI, ICEP e Instituto de Promoção Turística. Três institutos importantes do Estado, sem dúvida!, mas não há qualquer razão para que a sua gestão não possa ser feita em regime de parceria entre o Estado, os empresários e os investidores do respectivo sector.

*Aplausos do PSD.*

Diminui a intervenção do Estado e poupa-se dinheiro.

Sr. Primeiro-Ministro, são cinco propostas em concreto que não visam apenas simplificar, o que é positivo, mas também diminuir a estrutura, o peso e a dimensão do Estado.

Convidava o Sr. Primeiro-Ministro a pronunciar-se sobre estas propostas em concreto — e devidamente estudadas — que aqui lhe apresento, dizendo se concorda, se discorda, se não são positivas ou se tem ideias diferentes. Até porque elas têm duas grandes vantagens: a primeira é que combatem o clientelismo. Desta forma, com menos intervenção do Estado há menos lugares para distribuir, menos clientelas para colocar.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — É bom para Portugal!

A outra, diz respeito aos impostos, ou seja, evita o aumento de impostos que permanentemente têm vindo a ocorrer. Ora, isso é mesmo muito mau para as pessoas e para as empresas.

Hoje, o aumento de impostos que o senhor decidiu está a enfraquecer as empresas, a destruir postos de trabalho, a colocar sobretudo as pequenas empresas em sérias dificuldades.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Em todo o País, sem esquecer de uma forma muito especial as zonas fronteiriças, as zonas junto da vizinha Espanha, com o este aumento de impostos, estamos a exportar, hoje, consumidores portugueses para Espanha, o que é de todo inaceitável para a nossa economia.

*Applausos do PSD.*

Por último, Sr. Primeiro-Ministro, vou falar de impostos. Já aqui discutimos algumas vezes um tema importante que tem a ver com impostos: as SCUT.

**O Sr. Mota Andrade (PS):** — Já cá faltava!

**O Orador:** — Os portugueses que ouvem esse debate pensam: «Cá está uma discussão entre dois políticos. É uma questão entre dois políticos e, portanto, interessa pouco aos portugueses». Contudo, desde a semana passada, os portugueses começaram a perceber que já não é um problema de nós os dois — o senhor é a favor das SCUT e eu sou contra as SCUT. Desde a semana passada passou a ser um problema de cada português.

**O Sr. Miguel Frasquilho (PSD):** — Exactamente!

**O Orador:** — É que com o aumento do imposto sobre os combustíveis que o senhor decidiu para pagamento das SCUT, e que entrou em vigor há poucos dias, desde a semana passada, qualquer português que chegue a uma bomba de gasolina e pegue na mangueira, por cada litro que passa na mangueira para entrar na sua viatura, está a pagar seis escudos a mais por litro. Ora, muitas vezes o português nem sabe o que são SCUT, pois são estradas onde nunca passou ou onde provavelmente nunca na vida passará!

*Applausos do PSD.*

São seis escudos por litro!!

Sr. Primeiro-Ministro, tudo isto (seis escudos) para pagar a sua birra, o seu capricho, um luxo inaceitável que o País não está em condições de suportar, isto é, as SCUT!

Mais: esta medida aumenta o preço dos transportes públicos, dos transportes de mercadorias, dos táxis, dos bens essenciais. Repito: tudo isto para suportar a sua birra, o seu capricho, um luxo que o País não está em condições de suportar — as SCUT!

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Numa palavra, Sr. Primeiro-Ministro, depois do aumento de seis escudos em cada litro de combustível, este problema das SCUT deixou de ser um problema de nós os dois. Passou a ser um problema do senhor e do País, entre o senhor e os portugueses, porque os portugueses perceberam agora o carácter absolutamente injusto e inaceitável das suas medidas de aumentos de impostos, que em nada ajudam ao crescimento e ao desenvolvimento da nossa economia.

*Applausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Marques Mendes, o aumento dos impostos, do IVA e do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP), tem uma única justificação: o défice que encontrámos quando chegámos ao Governo em resultado do Orçamento Rectificativo.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do PSD e do CDS-PP.*

Os portugueses sabem bem qual a razão do aumento dos impostos. Deve-se ao facto de as contas públicas que encontrámos estarem absolutamente desequilibradas, com um défice previsto para o ano passado, 2005, de 6,83%.

**Vozes do PS:** — É uma vergonha!

**O Orador:** — Essa foi a razão para o aumento dos impostos! É um aumento de impostos absolutamente responsável, que tem como objectivo pôr as contas públicas em ordem. E lamento muito que um dos autores desse desequilíbrio agora venha criticar o Governo porque tomou medidas para corrigir esse desequilíbrio.

*Aplausos do PS.*

A isso chama-se demagogia e oportunismo!

Regressemos à matéria, ou seja, vamos falar de simplificação administrativa. Tomo nota de que o Sr. Deputado considerou estas medidas como medidas positivas. Mas atenção, Sr. Deputado, este conjunto de medidas é apenas um conjunto emblemático dessas medidas que vamos aprovar já nas próximas reuniões do Conselho de Ministros. Contudo outras medidas seguirão. É que o combate à burocracia e pela simplificação administrativa é um combate sem fim. Deve ser permanentemente actualizado. Ora, o que expus no meu discurso não é apenas um conjunto de medidas; é uma nova cultura política e até administrativa!

Em primeiro lugar, não podemos pactuar com a ideia de que devemos estar sempre a legislar em todas as áreas sem cuidar de saber quais são os custos administrativos que estamos a provocar e quais são as reais consequências para a nossa economia.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Devemos ter em conta esses custos e, antes de legislar, devemos saber, em função de uma análise entre os custos e os benefícios, se estamos a prosseguir no caminho adequado.

Em segundo lugar, o que estamos a fazer é propor um caminho que vise transformar a cultura de desconfiança do Estado, que julga que, sempre que não há uma regulamentação numa área de negócio, então é porque esse negócio, certamente, se comportará de forma irresponsável. Não!, este não pode ser o princípio!

O princípio tem de ser o da confiança no empresário, a confiança no empregado responsável, no consumidor esclarecido, sem dispensar o Estado de concentrar a atenção que deve ter nas fiscalizações nos pontos críticos.

*Aplausos do PS.*

A ideia de que podemos fazer tudo ao mesmo tempo é uma ideia errada.

Diz o Sr. Deputado, contribuindo para este debate, que uma das coisas que devíamos fazer era pagar a tempo e horas. Não posso estar mais de acordo, Sr. Deputado. Foi, aliás, por isso que fizemos um Orçamento Rectificativo, para pagar a tempo e horas algo que o Orçamento que nos deixaram não permitiu pagar.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Hermínio Loureiro** (PSD): — Não se nota!

**O Orador:** — O Sr. Deputado não quer que lhe relembre de novo os milhões que não estavam orçamentados e que tivemos de colocar no Orçamento para nos permitir pagar a quem o Estado devia! Não quer!?

Quero também recordar-lhe a importância que tem uma inovação que o Governo já aprovou e que tem a ver com o *controller* financeiro. Os Ministérios terão agora uma espécie de auditoria externa —...

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Quase externa...!

O **Orador**: — ... não é completamente externa porque é nomeada pelo Ministro das Finanças e pelo respetivo Ministro — que aconselhará o Ministro por forma a que o comportamento orçamental seja um comportamento responsável e que cuidará também desse aspecto, ou seja, da possibilidade de os diferentes Ministérios poderem pagar a tempo e horas. Esta medida é uma medida muito positiva e que também tem esse objectivo e credibilizar o Estado.

Para além disso, estas medidas não são «aspirinas», Sr. Deputado!

O Sr. **Hermínio Loureiro** (PSD): — Pois não! São *Ben-u-ron*!

O **Orador**: — São medidas que exigiram trabalho no sentido de propor uma alternativa.

Os Srs. Deputados sabem bem que sempre foi dito que era impossível criar uma empresa na hora. Era impossível até ao momento em que o Governo o permitiu. Essa simples mudança de possibilitar criar uma empresa na hora pôs Portugal no topo do *ranking* dos países que têm uma maior agilidade na criação de empresas. Era um projecto impossível, mas só até ao momento em que foi feito.

É por isso que esta ideia e esta cultura de que há coisas impossíveis e «é assim porque sempre foi assim e não vale a pena pensar nisso» é uma perspectiva errada.

Não são «aspirinas»! São medidas que têm um impacto muito significativo. Só a matéria que diz respeito à publicidade, aos livros e às escrituras permitirão às empresas poupar 125 milhões de euros!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Já ouvimos!

O **Orador**: — Já me ouviu dizê-lo, mas não lhe fica mal ouvir outra vez.

Os senhores podem considerar que são «aspirinas», que são coisas sem importância, mas ocorre-me também perguntar o seguinte: os senhores consideram que esta matéria é tão evidente, tão banal, tão simples, mas esqueceram-se de o fazer nos três anos em que passaram pelo governo?... Não se lembraram, não vos ocorreu...!

*Applausos do PS.*

*Risos do PSD.*

Era tão simples, tão evidente, eram tão «aspirinas», mas não se lembraram de fazer o que deveriam fazer...!

Sr. Deputado, eu tomo boa nota das propostas que faz, mas não vale a pena pormo-nos com uma perspectiva simplista daquilo que não é simples.

A dificuldade na concessão ou na privatização dos transportes públicos é a dívida das próprias empresas. Evidentemente, não haverá privado algum que aceite ficar com as empresas com as dívidas que elas têm. Portanto, esta matéria exige um estudo aprofundado!

Quero ainda recordar-lhe que mais de 50% da rede pré-escolar já não é pública e a maior parte das públicas pertence às câmaras municipais. Sr. Deputado, não «arrombe uma porta que já está aberta» há muito tempo!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Augusto Santos Silva): — Exactamente!

O **Orador**: — Aí não há um problema de monopólio do Estado, do funcionalismo público!!...

Por outro lado, não sei se o Sr. Deputado sabe que mais de 50% dos centros profissionais já são geridos pelas associações profissionais. Repito: mais de 50%!!

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — É tudo obra vossa...!

O **Orador**: — E mais de 50% das instituições de solidariedade social não são públicas; são Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

Estou muito disponível para avançar nesse domínio. Todavia, quero recordar-lhe que também há algumas matérias que dizem respeito à autoridade pública que devem ser mantidas em mãos públicas para assegurar políticas públicas, mas só naquilo que é necessário. Nesse ponto estamos de acordo! Estamos a prosseguir essa via que já está muito avançada.

Sr. Deputado, em síntese, é bem vindo a este debate sobre simplificação administrativa. Com este debate queremos criar a necessidade de uma cultura diferente e de empenhamento. Naturalmente, esta tarefa não é uma tarefa simples. É mais fácil falar sobre ela do que executá-la, mas é com isso que queremos

comprometer-nos: é com o executar a simplificação administrativa a bem dos portugueses e a bem das empresas!

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Marques Mendes.

O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, começo pela questão dos impostos. Nesse ponto existe uma total divergência entre nós que já vem de trás. Mas, Sr. Primeiro-Ministro, não é verdade que o senhor tenha aumentado vários impostos, tendo feito um dos maiores aumentos da carga fiscal nos últimos anos em Portugal, por causa do défice. Isso não é verdade!

Sr. Primeiro-Ministro, na política «dois mais dois» podem não ser quatro, mas na Matemática são mesmo quatro!! O défice, em 2004, sem receitas extraordinárias foi de 5,2% do PIB. O défice que o senhor previu para o ano que passou, 2005, sem receitas extraordinárias, se o cumprir, vai ser de 6,2% do PIB. Na Matemática 6,2% é mais do que 5,2% — é mais um ponto percentual do PIB! —, o que significa que mesmo que compra — e espero que compra — o défice que apresentou no Orçamento Rectificativo de 6,2% do PIB, no espaço de um ano (de 2004 para 2005), é um défice público maior, e mesmo assim com muito mais impostos para os portugueses. Esta é a verdade!

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do PS.*

Sr. Primeiro-Ministro, a Matemática não deixa margem para dúvida. Por isso, ao contrário do que o senhor disse, isto não é nem demagogia nem oportunismo; é a pura verdade dos factos!

Penso que seria bom que o senhor se habituasse a falar com rigor e com verdade.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O **Orador**: — Ainda relativamente às medidas, não vale a pena aqui consumirmos mais tempo. Já tive ocasião de saudá-las e de dizer que são todas medidas úteis.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Exactamente!

O **Orador**: — Também não vale a pena perdermos aqui grande tempo a discutir por que razão os governos do PSD nos últimos anos ou os governos em que o senhor participou nos sete anos anteriores não tomaram essas medidas. Não tomaram, não tomaram! Mas é sempre positivo que um governo as tome. Não vamos entrar nessa guerra porque não interessa a português algum — é o tipo de política que não interessa a qualquer português. São positivas e por isso aqui vim saudá-las.

Sr. Primeiro-Ministro, não vale a pena alterar as coisas. Eu não disse que são aspirinas. O que eu referi foi que para o problema grave que Portugal atravessa — é um Estado demasiado grande, demasiado gastador e que consome muitos impostos —, problema esse que não foi aquele que o senhor tocou, essas medidas são aspirinas. Não deixam de ser positivas, mas este problema é outro, é diferente, é seríssimo e não precisa de aspirinas mas quase de antibióticos!

Sr. Primeiro-Ministro, dei-lhe aqui cinco propostas, mas oportunamente apresentaremos ainda mais propostas neste domínio. Aliás, já me pronunciei sobre as suas. O Sr. Primeiro-Ministro, ao fim de um ano, deu apenas aqui uns breves apontamentos sobre estas propostas que lhe fiz, que são de redução estrutural. Como já referi, oportunamente iremos apresentar ainda mais.

Sr. Primeiro-Ministro, a grande questão é esta: medidas de simplificação são sempre de aplaudir, mas enquanto o País estiver a consumir quase metade da riqueza nacional com o Estado e enquanto houver aumento permanente de impostos, está a destruir empresas e a destruir postos de trabalhos. Esta, a mudança da estrutura do Estado, é que é a questão.

*Aplausos do PSD.*

Constatei que o Sr. Primeiro-Ministro, sobre a questão das SCUT e do novo imposto para pagá-las, nada disse.

O Sr. **João Rebelo** (CDS-PP): — Foi um esquecimento!...

O **Orador**: — O Sr. Primeiro-Ministro não é sensível a este ponto? É que, verdadeiramente, é disto que se trata e não vale a pena dizer o contrário, pois é assim que está no PEC e nas portarias que criaram este imposto, que serve também para pagar as SCUT. Está lá dito e toda a gente sabe. É verdade! Para mais, é

um imposto que, provavelmente, irá continuar nos próximos anos. O Sr. Primeiro-Ministro, sabendo que Portugal já tem dos combustíveis mais caros, VV. Ex.<sup>as</sup> ainda aumentam o seu preço em 6 escudos por litro?! Ainda por cima, um aumento que não tem qualquer relação com a subida do preço do petróleo, destinando-se a pagar estradas por onde muitos portugueses que pagam esse aumento de 6 escudos não passam nem nunca passarão?!... Não lhe parece que isto é injusto? Não lhe parece absolutamente inaceitável? Não pensa que esta já não é uma questão de discussão política, antes tendo muito a ver, por um lado, com a competitividade da economia e, por outro, com a vida das pessoas e com o seu poder de compra?

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — E, sobre isso, o senhor nada diz, numa prova de enorme insensibilidade!

De facto, Sr. Primeiro-Ministro, o mais fácil é pegar numa caneta e decidir a aplicação de impostos. Claro que custa sempre, mas, apesar de tudo, é mais fácil. Mais difícil é tomar as medidas estruturais, várias das quais aqui lhe apresentei de uma forma construtiva e responsáveis. O Sr. Primeiro-Ministro disse que tem abertura para discuti-las, mas isso não chega. Vamos, então, decidir, garantindo, como é evidente, aspectos essenciais do Estado.

O senhor nada disse, nada sobre a gestão privada dos portos. Claro que tem de haver uma autoridade portuária; claro que, com a privatização dos transportes, tem de haver uma autoridade metropolitana dos transportes, ou seja, o Estado regulador e fiscalizador,...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — ... mas a questão de fundo é esta: ou continuamos a ter o Estado que temos ou mudamos o paradigma do Estado.

Este é o desafio que lhe faço e para o qual estamos disponíveis para contribuir. Desta forma, criaremos as condições para, a prazo, termos menos impostos e melhor ambiente económico, ou seja, uma economia mais competitiva. É esse o grande objectivo que todos temos de prosseguir.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado Marques Mendes, é preciso um pouco de memória!

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Outra vez?

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Já percebemos que não tem argumentos!

O **Orador**: — O Orçamento que os senhores aqui aprovaram para 2005 foi o Orçamento que, na história da democracia portuguesa, mais operações de desorçamentação fez. Os senhores fizeram desorçamentações absolutamente escandalosas na saúde, na segurança social e até nos aumentos para a função pública. E foi em resultado desse disfarce, desse propósito de esconder despesas, que o défice previsto para o ano passado foi de 6,83%. As medidas que tivemos de tomar para responder a esse crescente aumento do défice é que estiveram na base desse aumento de impostos e nada mais do que isso! Esta é a pura verdade e é isto que os portugueses entendem bem.

O que não entendem é que sejam aqueles que criaram o problema a criticar agora o Governo, apenas porque decidiu resolvê-lo.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Deputado fala de rigor e de verdade a propósito do Orçamento para 2005? Por amor de Deus, Sr. Deputado!... Rigor e verdade são as duas palavras que não se podem utilizar a propósito de um orçamento de fantasia como foi o de 2005!!

*Aplausos do PS.*

O Sr. Deputado fala em reformas estruturais do Estado, convidando o Governo a fazê-las?... Tenho de perguntar onde é que V. Ex.<sup>a</sup> tem andado.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Outra vez?

O **Orador**: — O Sr. Deputado não tem visto as reformas que temos feito ao nível do Estado? Pensa que

a convergência do regime de segurança social no sector público e no sector privado não é uma reforma estrutural para o sector da segurança social?

O Sr. Deputado sabe que o Governo lançou um processo para a reestruturação orgânica do Estado, algo que iremos discutir a muito curto prazo. Nessa altura, quero ver se o Sr. Deputado tem uma posição concordante com aquilo que sempre defendeu ou uma posição oportunista, apenas para ganhar os votos daqueles que estão descontentes.

Devo dizer-lhe, no entanto, que isso nunca resultou.

O Sr. Deputado fala nas funções e no peso do Estado. Permita-me que lhe recorde de novo a evolução da despesa pública nos dois anos e meio em que foi ministro.

O Sr. **João Rebelo** (CDS-PP): — E de 1995 a 2002?

O **Orador**: — Em 2002, estava o senhor no governo, a despesa pública era de 46,4%; em 2003, subiu para 47,5%; em 2004, subiu para 48,3%. A verdade é que só se pode concluir que os senhores dizem uma coisa, mas, depois, no governo, fazem outra.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Claro!

O **Orador**: — O que constatei, quando apresentámos, discutimos e defendemos um Orçamento que, pela primeira vez em mais de 30 anos, reduz a despesa pública, foi que essa bancada votou contra!

*Applausos do PS.*

**Vozes do PSD e do CDS-PP**: — Não é verdade!

O **Orador**: — O Sr. Deputado tem alguma autoridade moral para falar em redução de despesa? Por amor de Deus!

Finalmente, pergunto ao Sr. Deputado se pensa que se trata uma privatização deste modo, num debate na Assembleia, dizendo «Vamos avançar e vamos decidir já, aqui e hoje, privatizar!» E que porto? O Sr. Deputado, já agora, não quer fazer também uma sugestão sobre qual o porto a privatizar?

Ó Sr. Deputado, uma privatização é uma decisão no sentido de privatizar uma actividade tão importante como essa exige o estudo da empresa.

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — O senhor não está preparado, portanto! Tem de se preparar!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Mas concorda ou não?

O **Orador**: — Exige ainda uma percepção clara do que são os comandos públicos de uma política pública...

O Sr. **Hermínio Loureiro** (PSD): — E a sua opção, qual é?

O **Orador**: — Sr. Deputado, ouça por um momento!

Dizia que uma opção destas exige ainda a percepção do resultado e do impacto que terá no Orçamento do Estado. Como tal, isto não se decide assim, de um momento para outro, dizendo que vamos privatizar este ou aquele porto, sem saber seja o que for das contas da empresa. Essa matéria, naturalmente, tem de ser estudada e, portanto, não lhe posso responder.

Digo-lhe, contudo, uma coisa. A política do Governo está orientada no sentido de melhorar a produtividade e a competitividade dos portos portugueses, porque isso é absolutamente essencial para a economia portuguesa. E temos feito várias mudanças nesse domínio. Aliás, algumas das medidas de simplificação administrativa que já estão identificadas têm a ver justamente com os portos, nomeadamente com a garantia (que temos de dar) de que os portos em Portugal devem estar abertos todos os dias do ano.

Até agora, e o Sr. Deputado sabe disto, pelo facto de as capitâncias, as administrações alfandegárias e as administrações portuárias terem horários e períodos de descanso diferentes, os portos estão muitas vezes inoperacionais por esse desencontro. O Ministério das Obras Públicas já nos comunicou que uma das medidas de simplificação administrativa é a de garantir a uniformização de horários, para que os nossos portos possam estar abertos todos os dias do ano. Aliás, é assim que é calculada a operacionalidade dos portos.

Há muitas medidas que se podem tomar, para além da de privatizar, no sentido de melhorar a eficiência e a competitividade dos nossos portos. Aliás, a privatização não é um objectivo ideológico.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Claro!

**O Orador:** — A privatização é um meio, é um instrumento que se pode usar ao serviço da competitividade. Mas só quando for claro, absolutamente claro, que há ganhos para os consumidores e para a actividade económica é que essa privatização deve avançar.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — O problema é a fundamentação da sua proposta, Sr. Deputado. De facto, o senhor tem de a fundamentar em estudos credíveis e não em retórica parlamentar, não alimentando a demagogia!

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Faça favor de concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

**O Orador:** — Em síntese, Sr. Deputado, estamos muito disponíveis para discutir e aprofundar este debate. Se temos o mesmo objectivo, é questão de olharmos para os estudos que o Ministério das Obras Públicas está a fazer, neste domínio como noutras. O importante é estarmos de acordo neste princípio: nós queremos simplificar os actos administrativos, queremos um Estado com mais confiança na actividade económica, queremos um Estado mais confiante no cidadão, que tenha mais liberdade e que se concentre nas actividades inspectivas e críticas e que só regulamente quando tiver a certeza de que os objectivos a prosseguir se sobreponem aos custos administrativos para a sociedade.

*Aplausos do PS.*

Este é que é o princípio, mas ele exige uma nova cultura da Administração e uma nova cultura política que obrigue os políticos, que são os responsáveis pela regulamentação (e, Sr. Deputado, refiro-me ao Governo e à Assembleia da República), a, de cada vez que fazem uma lei, avaliar as consequências e os custos administrativos para saber se se deve ou não legislar.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Para fazer uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Martins.

**O Sr. Alberto Martins (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, queria começar por me congratular com as medidas que propõe e que consubstanciam um programa de pequenos-grandes passos.

Por outro lado, quero, desde logo, manifestar a minha surpresa pelo facto de o Sr. Deputado Marques Mendes não ter querido entender a natureza estruturante destas medidas. Na verdade, elas não se reduzem a medidas de simplificação administrativa, sendo antes, a um tempo, medidas de simplificação legislativa e, na sua concretização, uma autêntica reforma radical no processo de produção legislativa do Governo e da Assembleia da República. A cultura de avaliação prévia das leis no que toca às suas consequências financeiras e ao seu enquadramento no ordenamento jurídico é um passo radical absolutamente novo na nossa democracia.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Por isso, estas medidas que estão a ser propostas, sendo de simplificação administrativa, são ao mesmo tempo de simplificação legislativa, de alteração da gestão pública e de redução do peso do Estado na economia e na vida dos cidadãos.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Deputado Marques Mendes não quis perceber que há aqui um caminho para uma radical alteração na gestão pública e na redução do peso da economia. Todavia, o Sr. Primeiro-Ministro disse que há aqui 125 milhões de euros de redução de custos para as empresas privadas. É um valor significativo!

Como tal, a questão que continua em cima da mesa é a velha questão das funções do Estado, a que V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Deputado Marques Mendes, repetidamente alude de uma forma vaga, dispersa, inconcretizável ou concretizada de uma forma verdadeiramente superficial, como vimos. A ideia de que o menor Estado é o melhor Estado é uma ideia por provar. O melhor Estado pode ser menor nalguns sítios e pode ser mais exigente noutras. De todo o modo, o melhor Estado nunca pode corresponder ao que os senhores fizeram no passado. O melhor Estado nunca pode ser aquele que vai ao encontro de serviços públicos desmantelados, nunca pode ser o Estado da subordenação de serviços públicos que põe em causa a prossecução dos seus objectivos sociais, nunca pode ser aquele que, por esta via, põe em causa a sua autoridade democrática e nunca pode ser, necessariamente, aquele que quer criar, nalgumas zonas, uma má imagem

pública para privatizar de uma forma mais fácil e inconsequente para o interesse público.

Sr. Primeiro-Ministro, as medidas que aqui nos traz são um grande e importante ponto de partida e, na sua simplicidade aparente, são uma radical transformação e um radical combate a uma das deficiências essenciais do Estado. O nosso Estado é centralizado, é hiperburocratizado, tem excesso de leis, de regulamentos, de regras, de formalismos e de formulários e, por isso mesmo, tem de iniciar rapidamente o caminho que leve à redução das leis, à desregulamentação e à simplificação legislativa e administrativa. Este é um caminho certo.

Colocar-lhe-ei uma questão essencial, Sr. Primeiro-Ministro. Foram aqui dados passos importantes no sentido de melhorar a vida dos cidadãos e das empresas e de tornar este num Estado amigável para os cidadãos e empresas.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Neste quadro que foi aqui apontado, como é que se insere toda esta lógica no sentido mais geral e envolvente da reforma do Estado no seu todo e na sua globalidade? Faço-lhe esta pergunta, sendo certo que não há uma reforma do Estado num momento mágico e que não se pode determinar o momento do início da reforma do Estado. Isso fê-lo o governo de Durão Barroso com os resultados nulos que se conhecem. A reforma do Estado é, como todos sabemos, um processo e a pergunta que lhe coloco é esta: que parte deste processo é que estas medidas singulares mas estruturantes iniciam?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Alberto Martins, a simplificação administrativa tem dois objectivos.

O primeiro é, desde logo, melhorar os aspectos da competitividade e da produtividade da nossa economia. É inacreditável o peso dos custos administrativos na economia portuguesa. Só para termos uma ideia: nunca nenhum estudo, em Portugal, identificou esses custos ou os estimou, mas, em Inglaterra, os custos administrativos foram avaliados em 10 a 12% do produto interno bruto. Estes custos administrativos foram identificados como custos muito semelhantes às receitas do IRS. Temos de ter consciência de que estamos a falar de um peso muito significativo sobre as pessoas e sobre as empresas.

Mas há um outro objectivo para a simplificação administrativa. Para além de darmos sinais claros de melhoria na produtividade e na competitividade económica, queremos também melhorar a qualidade dos serviços públicos. Os serviços públicos ganharão em qualidade e em prestígio se adoptarem também estas medidas de simplificação administrativa. Portanto, a simplificação não se destina apenas a melhorar a vida na economia, destina-se também a melhorar os serviços públicos. E é aqui que entra a ligação entre serviços públicos e a reestruturação dos serviços do Estado, que estamos a fazer.

Como é sabido, temos uma comissão que vai apresentar o seu relatório em Março e que vai propor medidas de reestruturação orgânica de diferentes serviços do Estado. A par desta reestruturação orgânica, também já estão identificados alguns dos aspectos de simplificação administrativa, que, aliás, tornam absurdos alguns desses serviços, algumas duplicações e alguns controlos excessivos que não têm hoje a mínima razão de ser. Algumas destas medidas, que, como disse, apresentaremos em Março — e estão já identificadas várias centenas —, resultaram exactamente do esforço de auditoria de avaliação que foi feita sobre os diferentes organismos do Estado pela comissão de reestruturação do Estado.

Este é, portanto, um caminho convergente, porque reestruturar o Estado é para servir melhor o cidadão, mas a simplificação administrativa é também para tornar a vida mais fácil ao cidadão.

Uma última nota, e muito importante, Sr. Deputado: o nosso dever é o de ter em Portugal uma política de prevenção relativamente à nova legislação. Não podemos continuar como até aqui, em que se faziam regulamentos e leis sem nunca cuidar de saber quais são os custos que essas leis acarretam. Todos nós conhecemos casos de excesso regulamentador que, afinal de contas, não trouxeram qualquer benefício em função do objectivo que se queria alcançar e criaram um peso muito mais excessivo do que o que pretendiam retirar da sociedade.

É, portanto, preciso ter uma orientação clara para a regulamentação, que tem de ser sempre proporcional. O que exigimos em controlo administrativo tem que estar em linha com o objectivo que prosseguimos. Não podemos utilizar uma marreta para quebrar uma noz. Essa é uma via errada, porque conduz até ao desprestígio da própria legislação.

Por outro lado, temos também que pensar pequeno. Muitas vezes, pensamos numa legislação tendo em conta só os grandes actores e as grandes empresas, mas a verdade é que essas regulamentações são, às vezes, absolutamente insuportáveis para as pequenas e médias empresas, que, como se sabe, são a maioria do nosso tecido empresarial.

**Vozes do PS**: — Muito bem!

**O Orador:** — Mas este problema não é só de Portugal, é também da Europa, onde existe, hoje, uma fúria regulamentadora absolutamente excessiva, que se ocupa de tudo, do aspecto mais particular, do mais especioso e, às vezes, com uma teia burocrática que é difícil perceber onde é que começam e onde é que acabam as regulamentações.

É por isto que, também ao nível europeu, é preciso tomarmos medidas para verificarmos se as directivas e os regulamentos não acrescentam mais pesos administrativos desnecessários à sociedade portuguesa.

Foi também por isto que, no âmbito deste programa, tomámos uma decisão que quero anunciar. Vamos ter um conselheiro técnico na representação permanente em Bruxelas com uma única tarefa: a de verificar, em toda a legislação europeia, nas directivas e nos regulamentos, os custos administrativos, para que Portugal possa contribuir para parar a fúria regulamentadora e legislativa de Bruxelas, que, em muitos casos, tem prejudicado o seu prestígio, e fazer com essa legislação possa também obedecer a um princípio de prevenção e de avaliação de custos e benefícios.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Para replicar, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Martins.

**O Sr. Alberto Martins (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, congratulo-me com as boas novas que nos traz, desde logo a do combate à proliferação legislativa quer ao nível do Estado nacional quer ao nível do Estado europeu. É um bom caminho, que está a ser percorrido pela Europa, um pouco por todo lado, e por nós, e que é fundamental para o progresso da economia e da vida e para uma nova mentalidade, que é absolutamente exigível. O labirinto legislativo e regulamentar e a proliferação legislativa, muitas vezes inconsequente, têm de ser combatidos pelos custos excessivos e inaceitáveis que muitas vezes oca-sionam.

Por isso, creio que este anúncio de medidas pelo Governo, na sua aparente singeleza, é um anúncio de um projecto cultural e político estrondoso.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — A reforma legislativa e a reforma administrativa que estão implícitas relevam para um novo sentido de confiança do cidadão e no cidadão e para um novo sentido de mentalidade que é exigido ao Estado, aos seus agentes, aos seus dirigentes e aos seus funcionários.

*Aplausos do PS.*

Creio que não haverá ninguém com pretensões de qualificação da Administração Pública, altos dirigentes, funcionários e responsáveis políticos, que não esteja de acordo esta via, que, de uma forma sistemática, nunca pôde ser tomada em Portugal. É um caminho fundamental, estruturante e estrutural, nas suas consequências.

Por isso, a questão que coloco, de novo, e que, em grande medida, já foi respondida, é a de saber se o próprio Governo, no âmbito da sua produção legislativa, vai assumir de forma orgânica estas medidas e estes cuidados que nos apontou: avaliação técnica das leis, no sentido da sua coerência e da desregulamentação legislativa e da avaliação dos seus custos. Creio que, se for esse o caminho, a própria Assembleia da República deve estar, e tem que estar, identificada com esse objectivo e, pela nossa parte, estaremos seguramente.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

**O Sr. Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado, agradeço a sua pergunta que me permite esclarecer um pouco melhor o que pretendemos.

Nós não queremos apenas um programa de reparação do que foi feito no passado e que não tem, hoje, qualquer justificação. Isso é muito importante e corresponde, aliás, às medidas que anunciei. Mas queremos agir do lado da prevenção. Por isso, também disse, no meu discurso, que uma das principais inovações é a de que este programa tem dois pilares: um, de simplificação administrativa das leis já existentes, dos regulamentos, dos formulários, eliminando o que é desnecessário; e outro, de prevenção da própria lei.

E onde é que se faz a prevenção? Faz-se na Presidência do Conselho de Ministros. A partir de agora, a instrução que demos a todos os ministros, no âmbito do Regimento do Conselho de Ministros, foi a de que as novas propostas de legislação tenham não apenas o que já é obrigatório, isto é, o seu impacto orçamental, mas também tenham os custos administrativos, calculados e descritos, que essa nova regulamentação vai trazer para a sociedade. Ninguém pode apresentar uma lei sem antes calcular qual o impacto que vai ter

na sociedade.

*Applausos do PS.*

Sr. Deputado Alberto Martins, o senhor foi membro do Governo e sabe bem o impacto que isto vai ter, porque vai obrigar todos os ministros a, antes de avançarem com uma nova regulamentação, colocarem-se do lado do cidadão e das empresas e a avaliarem se os custos compensam os benefícios ou se é melhor (e muitas vezes é melhor!) alterar, mudar, e usar, porventura, outro tipo de regulamentação.

Isto vai fazer com que os custos escondidos, difíceis de identificar e até de medir — trata-se de minúsculos actos, que, multiplicados por milhões, tornam esses custos muito significativos para a economia —, sejam transformados em custos aparentes. Esta é a primeira tarefa. É necessário medir os custos para saber se, quando avançamos para uma reforma, para uma legislação, esses custos compensam, em função dos objectivos, ou se outras alternativas devem ser equacionadas. Esta é a grande reforma cultural: passarmos a medir esses custos.

O Sr. Deputado sabe que há sempre uma boa justificação para uma lei, mas não nos devemos precipitar. Há sempre um serviço que apresenta uma boa causa para justificar uma iniciativa legislativa. Muitas vezes, um pequeno escândalo que é difundido na televisão, um acontecimento, leva parlamentos a legislar sobre uma área de forma tão apressada que, mais tarde, se vem a perceber que tudo foi feito de forma precipitada, que o objectivo não foi alcançado e que, entretanto, se causaram prejuízos a muitos outros.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Estou informado que, por exemplo — só para dar um exemplo —, a iniciativa do Senado norte-americano de resposta aos escândalos da Enron e das outras empresas que não cumpriram os seus deveres éticos foi legislar no sentido de tornar tão exigentes e tão caros os serviços de consultadoria, de auditoria externa, que a consequência dessa lei foi a de encarecer tanto a auditoria que asfixiou com esses custos as próprias empresas e tornou ricos os auditores, sendo que os auditores foram, no caso dessas empresas, os principais responsáveis.

A avaliação posterior dessa iniciativa, feita por quem a descreveu e a estudou, é muito clara: o Senado norte-americano agiu precipitadamente e, na pressa de punir os responsáveis, acabou por premiá-los, penalizando as boas empresas que nada tinham a ver com o assunto.

São estes exemplos que nos devem sempre levar a pensar não fazer de pequenos casos casos de tamanho estrondo público que nos levem também a querer eliminar todo o risco na sociedade e, porventura, em vez de eliminarmos, acrescentarmos novos riscos e novos custos.

É esta cultura que tem de despontar. Mas, para tal, temos de assumir este ponto político no discurso. Tudo começa pelo discurso político. E dar mais visibilidade a estes custos significa também que, no topo das prioridades políticas dos partidos, deve estar este ponto: tornar a vida mais simples, fazer a Administração funcionar de forma simples, pensar nos custos para as pessoas, antes de avançarmos com a legislação. No fundo, dar um sinal de que queremos uma vida mais simples para as empresas, de que confiamos no cidadão, de que confiamos nas empresas e de que queremos serviços públicos de maior qualidade e uma economia a funcionar com mais produtividade e com mais competitividade.

É esta a agenda que nos propomos realizar, que será sempre uma agenda que não tem fim.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor de concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

**O Orador:** — Mas é preciso que todos nos concentremos que, nos próximos anos, este combate e esta luta têm de ser prosseguidos.

*Applausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Para formular uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

**O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, tendo em conta que só agora me é possível, faço votos para que restabeleça rapidamente. Parece-me que é quase inútil; de qualquer forma, gostaria de fazer este registo.

**O Sr. Bernardino Soares (PCP):** — Físico!

**O Orador:** — Físico, obviamente!

*Risos do PCP.*

A sua intervenção, permita-me que o afirme, pelo tema que escolheu, parece uma intervenção desloca-

da no tempo, feita para outro país, para outra realidade económica e social.

Neste início do ano, julgava que viria à Assembleia da República fundamentar as razões das medidas profundamente injustas e dolorosas que o Governo tomou, tendo em conta o aumento dos preços de bens e serviços essenciais, como o pão, os transportes e os combustíveis; o «garrote», mais uma vez, nos salários dos trabalhadores da Administração Pública; a situação em que se encontra a saúde; a própria educação... Mas não! Escolheu um tema em relação ao qual, aparentemente, até pode haver um consenso muito alargado, em termos de subscrição da bondade e das boas intenções relativamente à matéria escolhida da simplificação administrativa.

Mesmo em relação a esta matéria, poderíamos dizer que, independentemente de um juízo de valor mais aprofundado, tendo em conta depois a aplicação concreta, não foi respondida uma questão que é crucial e que continua sem resposta. Ou seja, como é que, acompanhando estas medidas, se faz a necessária reforma administrativa, nomeadamente pela via da regionalização e da descentralização de serviços, que, de facto, podem tornar mais meritórias e eficazes quaisquer medidas positivas neste sentido.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

O **Orador**: — De qualquer forma, se estava não direi desiludido com o tema escolhido, fiquei mais preocupado com a resposta que deu à bancada do PSD em relação às privatizações. O Sr. Primeiro-Ministro fez-me lembrar um debate que tive com um dos candidatos à Presidência da República, precisamente, o candidato da direita, o qual, quando se falou nas privatizações, usou a seguinte expressão: «Bom, isso das privatizações tem de ser feito com calma». E o PSD, à pressa e à gula, apresentou uma proposta, aliás, repetida no Orçamento do Estado para 2006, em que não ficaria pedra sobre pedra no sector público e nas funções sociais do Estado (portanto, nem sequer é uma proposta inovadora, reconheça-se).

Mas a sua resposta, Sr. Primeiro-Ministro, é preocupante, designadamente em relação à questão dos transportes. Então, o problema tem a ver com o facto de as empresas estarem endividadas? Quer dizer que, se estivessem com uma situação de equilíbrio de contas, isto significaria uma resposta positiva no sentido da privatização dos transportes, designadamente as empresas referidas pelo Sr. Deputado Marques Mendes?

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — Creio que isso é preocupante! É preocupante porque, mais do que a concepção, para o Sr. Primeiro-Ministro a diferença entre si e o PSD é uma questão de ritmo.

*Risos do PCP.*

Neste sentido, Sr. Primeiro-Ministro, ficamos profundamente preocupados porque demonstrou que quer prosseguir uma linha de privatizações, embora com mais calma. É a única diferença que existe em relação à bancada do PSD.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Mas temos outras preocupações, pelo que, se me permite, gostaria de colocar-lhe duas questões que inquietam, estas, sim, inquietam, profundamente os portugueses.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — As outras não?!

O **Orador**: — Na área da saúde, mais de 30% das despesas são suportadas pelas famílias; na educação, a variação do índice de preços no consumidor foi, entre 1998 e 2004, de 42%, segundo dados do INE.

Desta forma, não são só os serviços que estão cada vez mais caros como também se vai limitando o acesso dos portugueses a esses direitos.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Com efeito, mais de 1 milhão de portugueses não tem, hoje, médico de família. Além disso, têm vindo a aumentar exponencialmente as listas de espera para a cirurgia, ao mesmo tempo que está em marcha o encerramento, por todo o País, dos serviços de atendimento permanente dos centros de saúde, merecendo, aliás, viva contestação das populações.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — O mesmo se passa com a anunciada reestruturação dos hospitais em Lisboa. Por exem-

plo, o Plano Regional de Saúde, mandado elaborar pelos actuais responsáveis do Ministério que fizeram parte do anterior governo do PS, está a ser «trucidado» pela ordem de despejo dirigida ao Hospital do Deserto, afectando milhares de utentes do Sul do País. Só por razões economicistas, enquadradas numa estratégia privatizadora dos serviços de saúde — coisa esquecida, aliás, na proposta feita pelo Sr. Deputado Marques Mendes, mas que estava na proposta original feita aquando do Orçamento do Estado para 2006...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Está lá!

O **Orador**: — Mas esqueceu-se!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Está lá, e não está esquecido!

O **Orador**: — ... transferindo a sua actividade para os Hospitais de S. José e dos Capuchos, os quais têm dificuldades em responder às suas responsabilidades actuais, quanto mais acolher 50 000 consultas externas a mais e mais de 2000 intervenções cirúrgicas por ano.

Também na educação, continuamos com um dos maiores índices de analfabetismo e com as mais baixas qualificações académicas e profissionais da Europa. As políticas que têm sido seguidas colocaram o País na cauda da Europa em matéria de insucesso e de abandono escolar precoce. Na grande maioria das escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico, sector fulcral do sistema de ensino, é nítida a situação de penúria de equipamentos educativos, a falta de instalações para a realização de actividades educativas específicas, bibliotecas, recreios devidamente protegidos e vigiados, refeitórios, etc.

No entanto, o Governo, em vez de promover a requalificação dos recursos escolares, vem anunciando o encerramento de centenas de escolas, sobretudo no interior, Norte e Centro, do País.

A deslocação das crianças para zonas a dezenas de quilómetros dos seus locais de residência, afastando-as do seu espaço natural e, assim, gastando horas fundamentais à sua formação, ao convívio familiar e à brincadeira, terá consequências no nível de aprendizagem e de insucesso.

Perante este quadro, pensa o Governo insistir nas suas políticas de afrontamento aos direitos sociais, agravando, assim, as condições de vida? É que não há «volta a dar», Sr. Primeiro-Ministro! Bem pode anunciar os planos, esses macro investimentos, essa perspectiva de que, amanhã, virá a «terra do leite e do mel». Enquanto não se der resposta a estes problemas fundamentais, que, esses sim, inquietam os portugueses, este Governo não terá sucesso, e Portugal continuará a «patinar» no quadro da União Europeia!

*Applausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, agradeço os votos de boa recuperação. A minha saúde vai indo, e estarei regressado às corridas em Fevereiro.

Sr. Deputado, temos uma grande divergência entre nós, e vamos assumi-la! O Sr. Deputado Jerónimo de Sousa acha que defender o serviço público é deixar tudo como está. Os senhores são contra qualquer reforma e qualquer mudança!

*Protestos do PCP.*

Os senhores opõem-se a tudo, tentando aproveitar todas as manifestações, todas as vozes críticas e todos os descontentamentos. Com isso, estão a prestar um péssimo serviço à esquerda...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — O senhor é que está a prestar um bom serviço à direita!

O **Orador**: — ... e estão a prestar um péssimo serviço àqueles que defendem o Estado social!

*Applausos do PS.*

Porque se alguém tiver o mínimo de consciência e de responsabilidade, percebe bem que, ao nível do nosso Estado social, as coisas devem mudar. E há muito a mudar, para modernizar os nossos serviços públicos e para transformar os nossos serviços públicos em serviços mais eficientes.

E não hesitou o Sr. Deputado em ir para a demagogia quando falou das escolas que vão encerrar.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Demagogia?!...

O **Orador** — Demagogia!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP) — Vá lá ouvi-los!

O **Orador** — E sabe por que é que digo que é demagogia, Sr. Deputado? Porque o princípio e o critério para as escolas que vão encerrar são o de que isso vai ser feito em nome dessas crianças!

*Protestos do PCP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes) — É, isso sim, em nome da desertificação e do despovoamento!

O **Orador** — Estas crianças têm sido utilizadas para manter abertas escolas, à custa do seu sucesso escolar!

*Protestos do PCP e de Os Verdes.*

Todos aqueles que sabem o mínimo de educação e que acompanham os relatórios que têm sido produzidos alertam Portugal para o facto de que a escolha de manter escolas com cinco, seis, quatro e três alunos está a condenar esses mesmos alunos ao insucesso escolar!

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes) — E o senhor está a condenar as povoações ao despovoamento e à desertificação! Sinceramente!

O **Orador** — E grande parte do insucesso escolar deriva da falta de coragem dos sucessivos governos para mudarem as coisas em termos da nossa escola primária!

*Applausos do PS.*

Sr. Deputado, não me deixe impressionar com a demagogia! Eu sei bem o que é necessário fazer!

*Protestos do PCP e de Os Verdes.*

Em nome dessas crianças, é preciso garantir que elas tenham sucesso escolar. E para terem sucesso escolar, é preciso que as escolas sejam boas e que tenham mais de 20 alunos.

*Protestos do PCP.*

Porque as escolas, para serem produtivas, para serem estimulantes, têm de atrair jovens, têm de ser espaços de convívio. Não podemos é manter tudo como está, porque manter tudo como está é manter também os indicadores de insucesso escolar! Sr. Deputado, lamento, mas afasto-me de si neste ponto.

Todos aqueles, autarcas de vários partidos, que têm experiência neste domínio, sabem bem as vantagens que há em concentrar numa única escola várias outras escolas onde os alunos estão dispersos.

*Protestos do PCP e de Os Verdes.*

E aqueles que defendem a manutenção dessas escolas, fazem-no à custa dessas crianças! E essas crianças é que não têm voz!

**Vozes do PCP:** — Demagogia!

O **Orador** — Todos os outros estão interessados noutra coisa: no emblema, certamente, e naquilo que isso significa. Percebo muito bem! Não podemos é continuar com isto à custa das crianças!

O que o Governo está a fazer, fá-lo em nome dessas crianças, em nome de um ensino de maior qualidade e em nome do combate ao insucesso escolar.

*Applausos do PS.*

Mas o Sr. Deputado não hesita também em trazer a demagogia habitual sobre o encerramento de serviços na área da saúde, nomeadamente de maternidades.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP) — Ninguém falou de maternidades mas de centros de saúde, veja lá!...

O **Orador**: — Não falou em maternidades.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — O Sr. Primeiro-Ministro já traz a cassete!

O **Orador**: — Posso, então, presumir que o Sr. Deputado está de acordo com o encerramento de maternidades?

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Não pode presumir!

O **Orador**: — Não posso presumir?

**Vozes do PCP**: — Não!

O **Orador**: — Mas, então, falemos de maternidades. O encerramento de maternidades tem como razão de ser os critérios técnicos da Organização Mundial de Saúde. E essas mudanças têm uma única base de partida: defender a saúde materno-infantil. É em nome das mães e das crianças que vão nascer, é em nome da qualidade dos serviços prestados, que queremos obedecer às regras técnicas próprias de uma boa política materno-infantil.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Isso é que é demagogia!

O **Orador**: — Como sabe, só se pode garantir essa qualidade, se houver um determinado número de partos por ano, que é preciso, em qualquer caso, garantir. E isso não tem acontecido!

A mesma coisa com o facto de estarmos num mundo novo, um mundo que tem comunicações diversas, onde o transporte e a comunicação são muito diferentes, por isso não tem nada a ver com o mundo antigo! E nós não podemos aceitar que, neste mundo novo, mantenhamos os procedimentos e mantenhamos até os serviços que correspondem a um mundo que já não existe. Com isso, desperdiçamos recursos de todos os portugueses e não prestamos os melhores serviços que devemos prestar aos portugueses.

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Aí é que está!

O **Orador**: — Mas o Sr. Deputado também quis falar sobre as medidas injustas e dolorosas que afectam os portugueses, dizendo que a minha intervenção estava deslocada no tempo e no País. Desculpe, Sr. Deputado, mas, mais uma vez, não concordo consigo! Acho que um dos problemas portugueses é justamente o excesso administrativo, o excesso burocrático. Não estou deslocado, nem no tempo nem no País! Sei bem a importância que tudo isto tem para o cidadão, para a melhoria dos serviços públicos e para a economia portuguesa.

Por isso, não estou deslocado nem no tempo nem no País! Este é justamente o tempo não só de assumirmos este ponto como um dos pontos centrais do debate político — e não o acompanho na sua marginalização — mas também de fazer alguma coisa para reduzir esses custos.

Portanto, não posso acompanhá-lo na menorização e marginalização do problema e passar por ele como se não existisse. Ele existe, é sério e tem de se encontrar soluções.

Eu vejo sempre o Sr. Deputado aqui a lamentar os problemas e nunca a contribuir para a solução dos mesmos.

*Protestos do PCP.*

Estas medidas resolvem e solucionam muitos problemas. Sr. Deputado, vá perguntar às pequenas e médias empresas, porque elas poderão responder-lhe.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O **Orador**: — Finalmente, fala em medidas injustas e dolorosas. Não, Sr. Deputado! Eu sei que são medidas que custam aos portugueses, mas elas são necessárias. Nós tomámo-las e decidimo-las em nome de um futuro melhor. Tomámo-las porque há um problema. Eu não me queixo daquilo que este Governo herdou. Quando os portugueses elegeram este Governo e lhe deram um mandato, não foi para ele se queixar do passado, mas todos conhecem a situação de partida. E eu acho absolutamente irresponsável que, com um défice previsto de 6,83%, não tomássemos imediatamente medidas para responder a este problema.

Mas não queremos agir apenas aí, queremos agir no crescimento económico — e os investimentos começam a aparecer — e queremos agir também no relançamento da confiança.

Sr. Deputado, cá estaremos para fazer essa avaliação, mas os portugueses sabem bem aquilo que estamos a fazer, em nome de um futuro melhor. Estamos a pedir sacrifícios aos portugueses? Estamos! Os portugueses sabem que lhes pedimos esses sacrifícios porque não há alternativa, mas é com esses sacrifícios que vamos construir um País melhor.

E o Sr. Deputado também sabe que o rendimento disponível das famílias, ao longo dos últimos anos e também neste ano, sempre aumentou. O rendimento disponível das famílias vai aumentar neste ano 1,3%, em termos reais. Esta é que é a verdade, Sr. Deputado, e não a retórica nem o uso da demagogia para mascarar a situação.

*Applausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para replicar, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, essa expressão de maus serviços à esquerda, no actual contexto, não foi uma expressão muito feliz...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Bem lembrado!

O **Orador**: — ... no que ao Sr. Primeiro-Ministro toca.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas porquê?!

O **Orador**: — Considero que está a prestar um bom serviço à direita quando, em relação à questão das privatizações — e não respondeu! —, afirmou claramente que não há uma divergência de concepção de política, mas, sim, uma questão de ritmo — necessidade de estudos, de reflexões... Isto é o que se chama um bom serviço à direita e um mau serviço à esquerda.

**Vozes do PCP**: — Muito bem!

O **Orador**: — Mas, mesmo em relação à questão da educação, isso é que é demagogia. Admito e percebo perfeitamente que, em relação a escolas com duas ou três crianças, haja necessidade de uma concentração; no entanto, a concepção do Governo na concentração é uma concepção economicista!

**Vozes do PCP e de Os Verdes**: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não é!

O **Orador**: — Não estão a pensar nas crianças, estão a pensar em termos de custos, e esse é que é o problema quer nos leva a ter divergências. Nós não queremos deixar tudo como está.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Querem! Querem!

O **Orador**: — Nós defendemos a modernização e a requalificação dos espaços das escolas. Aliás, na minha intervenção tão singela, referi algumas medidas e concepções que temos, mas o Sr. Primeiro-Ministro não respondeu a esta questão de fundo: é ou não verdade que, por exemplo, os Ministérios da Educação e da Saúde têm uma concepção economicista?! É este o problema. Eu tenho, Sr. Primeiro-Ministro, uma concepção de conformidade com o que está inscrito na Constituição da República Portuguesa, quando esta fala dos direitos à saúde e à educação como uma concepção universal e tendencialmente gratuita. É, talvez, esta a diferença que existe entre nós.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — Quanto à demagogia, permita-me que faça mais esta demagogia: explique como é que está a exigir tantos sacrifícios à maioria do povo português, sempre aos mesmos, e, por exemplo, o BCP apresenta 700 milhões de euros de lucro,...

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — É um escândalo! É uma vergonha!

O **Orador**: — ... tal como outros bancos, que nunca ganharam tanto dinheiro como agora! Diga que é demagogia, mas desminta estes factos!

*Applausos do PCP.*

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Se calhar, queria que tivessem prejuízos!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, começemos pelas privatizações. Há aqui também uma diferença entre nós, uma diferença muito significativa

**Vozes do PCP**: — Ai há, há!

O **Orador**: — Oiçam-me durante um minuto com atenção! Eu também vos oiço com atenção. Nem sempre com prazer, mas sempre com atenção.

As privatizações são, no meu ponto de vista, um instrumento. Não tenho uma perspectiva ideológica sobre as privatizações, mas há quem a tenha. O Sr. Deputado tem uma perspectiva ideológica.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Constitucional!

O **Orador**: — O Sr. Deputado recusa-se a ouvir e conversar, porque acha que tudo o que é empresa pública é bom; o PSD acha que tudo que é empresa pública é mau e tudo quanto é empresa privada é bom.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Vocês também!

O **Orador**: — Não! Eu não tenho qualquer preconceito!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Tem, e muito!

O **Orador**: — Analiso caso a caso, em função dos objectivos, se a privatização pode ser ou não um bom instrumento para melhorar a eficiência da empresa e para garantir um melhor serviço às pessoas. É esse o ponto!

*Applausos do PS.*

O que se passou nos últimos anos em Portugal...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Não tem nada de ideológico!

O **Orador**: — ... é que talvez nem todas as privatizações tenham produzido os resultados que deviam ter produzido: mais eficiência e melhor serviço.

No meu ponto de vista, acho que a defesa do consumidor e até a eficiência da empresas estão melhor garantidas por uma coisa: concorrência. Não acredito no monopólio, acredito na concorrência, porque só esta defende o consumidor, e também a eficácia e a eficiência da empresa. Uma empresa que não é obrigada a competir é uma empresa que «adormece», que enfraquece e não tem estímulo, e é isso o que acontece muitas vezes em Portugal.

Depois, Sr. Deputado, a nossa perspectiva ao nível da educação e da saúde não é nada económica. Os senhores podem achar que gostariam que fosse, mas não é. Vamos gastar mais com esta operação, mas vamos gastar mais em nome de um melhor serviço público, de uma melhor escola pública e também da redução do insucesso escolar.

Fica, porventura, mais caro ao Estado português e às câmaras municipais o investimento e também o transporte escolar. Embora possa ser mais barato no futuro, para já, este ano, vamos gastar mais. Mas vamos fazer esse investimento por uma razão muito simples: é que é um investimento nessas crianças, vamos dar uma melhor educação a essas crianças. E se o Sr. Deputado está a pensar nelas, devia acompanhar a necessidade de mudar um sistema que está obsoleto, que não funciona, que nos condena a ficar para trás numa das áreas em que o País tem mais necessidade de progredir e de evoluir.

Não, Sr. Deputado, não sou de uma esquerda que quer fixar-se no passado,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Não de esquerda!

O **Orador**: — ... sou de uma esquerda que olha com confiança para o futuro, que quer melhorar os serviços públicos e quer transformar o nosso Estado social num Estado social que esteja à altura daquilo que a esquerda sempre achou que ele deve ser.

Depois, o Sr. Deputado sabe que pedir sacrifícios aos portugueses...

**A Sr.<sup>a</sup> Heloísa Apolónia (Os Verdes):** — A alguns!

**O Orador:** — ... é fundamental para o futuro. É verdade que o Governo está a pedir sacrifícios aos portugueses, porém, fê-lo sempre com justiça e com equidade, fazendo mudanças que não têm apenas um efeito orçamental mas também um efeito de igualdade na nossa sociedade, fê-lo em nome de um futuro melhor. Os próximos anos serão melhores e trarão benefícios aos portugueses. Eles sabem bem que não havia alternativa para este caminho de exigência. Aqui mais uma vez nos separamos.

O Sr. Deputado acha que é possível recorrer agora à demagogia, vir com os lucros dos bancos, como se...

**Vozes do PCP:** — Demagogia?!

**O Orador:** — Sim, demagogia, Sr. Deputado, porque V. Ex.<sup>a</sup> sabe que a posição do Governo relativamente aos impostos dos bancos tem sido uma posição de muita exigência e de muito controle.

**Vozes do PCP:** — Onde?! Como?!

**O Orador:** — Agora, pergunto-lhe, Sr. Deputado: não acha que, no momento em que estamos, o que devemos fazer é concentrar os nossos esforços, por forma a valorizar e a prestigiar um Estado social que não deve gastar mais do que aquilo que tem e, finalmente, oferecer aos portugueses um caminho de maior confiança para o investimento, mas também uma maior confiança na nossa economia, que possa garantir a todos um futuro melhor? É nisso que estamos empenhados, Sr. Deputado, não é em ficarmos para trás nem em defendermos o que existe, é em modernizar o País. Esse é o combate.

E lamento que, quando estamos a modernizar Portugal, como o fizemos já no passado, mais uma vez, o Partido Comunista fique para trás nesta operação de modernização.

*Applausos do PS.*

**O Sr. António Filipe (PCP):** — Então, onde é que estão os resultados do passado?! Se já fizeram no passado, devia estar feito!

**O Sr. Presidente:** — Para formular uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

**O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, V. Ex.<sup>a</sup> pensou, pensou, e escolheu um tema com o qual necessariamente tínhamos de estar de acordo. E estamos de acordo, Sr. Primeiro-Ministro, veja bem!

Começo, por isso, por lhe dar os parabéns. Estamos de acordo que a simplificação administrativa é o caminho, mas estamos de acordo não hoje mas, sim, desde há muito tempo — só é pena que às vezes, em alguns momentos, o contrário não tenha sido verdade. E até lhe dou um exemplo de um caso em que o Governo esteve bem, ainda que o não tenha referido, que foi o documento único automóvel. Aí, o Governo esteve bem, pois está em vigor e as pessoas estão a recebê-lo. Simplificou a vida de muita gente.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, está de parabéns. Nós somos sérios na discussão política e quando é para dizer bem, dizemos bem. Como sabe, até votámos favoravelmente o diploma do Governo. A nossa postura é esta, o que não significa que não queremos ser esclarecidos sobre muitas outras questões, mas ainda nesta oportunidade em que o temos aqui.

**O Sr. António Filipe (PCP):** — A «esquerda» vai-se entendendo!

**O Orador:** — E há esclarecimentos que têm de ser dados, e têm de ser dados precisamente pelo Sr. Primeiro-Ministro, desde logo neste caso concreto.

Ontem, a bancada do CDS-PP recusou a criação de uma comissão de inquérito relacionada com um sector estratégico. E, como prova da nossa credibilidade, recusámos essa comissão porque não queremos fazer chicana política com temas muito sérios, e o tema de um sector estratégico como o da energia é um tema seriíssimo.

Só que ontem também foi dito pelo Sr. Deputado António Pires de Lima que isto não significa que não quiséssemos ser esclarecidos. E esta é a primeira oportunidade que temos de ser esclarecidos, Sr. Primeiro-Ministro.

Queremos, desde logo, ser esclarecidos no sentido de saber se é verdade, como já foi noticiado, que o Sr. Primeiro-Ministro teve alguma intervenção directa em assuntos relacionados com os órgãos sociais da EDP. Coloco-lhe esta questão porque ela também já foi colocada ao Sr. Ministro da Economia e Inovação, noutra ocasião, mas não foi respondida, e nessa altura o Sr. Ministro até amouou, certamente por outras razões.

Mas o Sr. Primeiro-Ministro está aqui e trata-se de uma questão que, de facto, tem a ver com V. Ex.<sup>a</sup>.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — Gostávamos de lhe perguntar, porque é que, a este propósito, a ser verdade, reuniu apenas com alguns accionistas, dos quais a Iberdrola, excluindo a CajAstur como parceiro estratégico, isto apesar do papel decisivo que vinha sendo dado a este accionista, que, de resto, tinha garantido a nossa entrada no sector energético em Espanha.

Por isso, pergunto-lhe, desde já, com toda a clareza, Sr. Primeiro-Ministro, se é ou não verdade que essa reunião aconteceu, se é ou não verdade que excluiu a CajAstur dessa reunião e se com isso quis definir algum novo modelo estratégico para a gestão da EDP. Se isto é verdade, como e por que é que aconteceu?

**Vozes do CDS-PP**: — Muito bem!

O **Orador**: — Já que estamos a falar do sector estratégico da energia, vamos à energia eólica, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Bem lembrado!

O **Orador**: — A este propósito, como o CDS-PP também já disse mais do que uma vez, o Governo entendeu criar uma regra de produção de energia e de equipamento com risco partilhado. Só que estamos aqui a falar — o Sr. Primeiro-Ministro salientou-o bem — da simplificação da vida das empresas e é suposto, desde logo, que estejamos a falar da simplificação da vida das empresas portuguesas, porque o Sr. Primeiro-Ministro tem como obrigação primeira a de se preocupar com a simplificação da vida das empresas portuguesas e com a sua competitividade, mesmo das maiores, face a todas as demais. Mas a verdade é que, neste caso, me parece que o Sr. Primeiro-Ministro e o Governo complicaram a vida das empresas portuguesas, mesmo daquelas que são as maiores empresas portuguesas e as únicas que neste caso concreto estariam em condições de concorrer.

O CDS-PP, preocupado com a competitividade destas empresas, explicou que só a Iberdrola, que tem a Gamesa que produz equipamentos, é que estaria em condições de concorrer. E lá vamos nós, Sr. Primeiro-Ministro, cair sempre na Iberdrola. Uma coisa extraordinária! Vamos cair sempre na Iberdrola! E o CDS-PP disse que, nestas circunstâncias, com estas regras criadas pelo Ministério da Economia e Inovação e pelo Governo, em bom rigor, só a Iberdrola estaria em condições de concorrer.

À data, o Sr. Ministro da Economia, na comissão, também não esclareceu, recorda-se? E seria suposto fazê-lo.

Mas a verdade é que assim aconteceu, e agora, mais uma vez, Sr. Primeiro-Ministro, como se verificou, o concurso teve de ser adiado, porque só a Iberdrola — veja-se bem! — esteve em condições de concorrer.

Gostava que me desse estes esclarecimentos, desde logo para saber se não entende que assim se prejudicam a vida das empresas portuguesas, se não entende que, objectivamente, está a facilitar o concurso de uma empresa espanhola e se não é sua obrigação, se não é obrigação do Primeiro-Ministro português, pensar primeiro nas empresas portuguesas.

**Vozes do CDS-PP**: — Muito bem!

O **Orador**: — Porque não julgue V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> que em Espanha o governo espanhol está particularmente preocupado com a vida das empresas portuguesas em circunstâncias equivalentes, e na acessibilidade das empresas portuguesas a concursos que, eventualmente, sejam lançados.

**Vozes do CDS-PP**: — Exactamente!

O **Orador**: — O Sr. Primeiro-Ministro tem de preocupar-se com as empresas portuguesas e quando empresas com a dimensão de uma Galp ou da EDP, por regras criadas pelo Governo português, não estão em condições de concorrer, porque objectivamente está beneficiada a Iberdrola, alguma coisa vai mal! E alguma coisa vai mal para quem quer pensar na economia nacional, na simplificação nas empresas portuguesas e na sua competitividade, ainda para mais em sectores estratégicos fundamentais, como é o caso.

Sr. Primeiro-Ministro, para terminar, pergunto-lhe o seguinte: V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> começou a sua intervenção com o plano tecnológico, portanto, se falo nele foi porque V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> trouxe esse exemplo. E porquê? Porque numa palestra realizada há cerca de duas semanas, pelo *The Economist*, em que V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> foi o cabeça de cartaz e onde era suposto ser interpelado e responder publicamente àquilo que lhe fosse colocado, foi questionado por aquele que foi o primeiro coordenador do plano tecnológico. Ora, aquilo que vimos, e não ouvimos, só surpreendeu quem não assiste aos debates parlamentares.

Isto porque, quando V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> é confrontado, às vezes até quando é criticado, o que é normal no jogo democrático, zanga-se, faz má cara, faz trejeitos,...

*Risos do CDS-PP.*

...como se estivéssemos a cometer um crime de lesa Pátria e não estabelecêssemos aqui aquele que é o papel da oposição.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Ora, nesse caso concreto, levou a mal a pergunta e desprestigiou quem o questionou. Apelidou-o de mero funcionário público e que, por ser um mero funcionário público, não lhe cabia meter-se nesses assuntos. E, pior do que isso, não respondeu.

Sr. Primeiro-Ministro, em bom rigor — como sabe, de resto —, convém dizer que a pessoa em causa não é de um mero funcionário público, por acaso, é um reputadíssimo académico e foi o primeiro responsável pela unidade de formação do plano tecnológico, nomeado, precisamente, por V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> e escolhido para ser o rosto desse plano tecnológico. Só que o Prof. José Tavares demitiu-se, anunciando discordância com o Governo.

Agora, o que é extraordinário é que o CDS tem tentado ouvir o Prof. José Tavares neste Parlamento, na base daquilo que é a acção fiscalizadora, e a bancada socialista tem-no impedido, pelo que pergunto-lhe, Sr. Ministro, se acha isso bem.

Acha normal que seja o Governo, em comissão, a esclarecer das razões de uma discordância de alguém que as afirmou relativamente a esse mesmo Governo? Não acha que é normal que seja quem discorda do Governo a explicar as razões dessa discordância? Não é a pessoa ou a entidade de quem ele discorda que vai dizer dessas razões! Acha isso normal?! Não acha que deve influenciar a bancada do Partido Socialista para que, através de num requerimento que o CDS também vai entregar de novo a este propósito, se permita essa audição?

Sr. Presidente, para terminar, a propósito do MIT — Massachusetts Institute of Technology —, gostaria de saber se aquilo que vem sendo escrito e dito é verdade. Isto é, se é verdade que há divergências entre ministérios a propósito da vinda do MIT para Portugal; se é verdade o que, não como funcionário público, esse professor universitário e primeiro coordenador disse ao ministro, ou seja, que está interessado que o MIT não venha para Portugal; e, ainda, se é verdade, como já foi noticiado, que a razão dessa divergência, entre outras, se prende com o facto de apenas se querer condicionar o recrutamento da inteligência nacional para numa universidade, prescindindo de todas as demais.

Portanto, pretendo saber se tudo isto é verdade ou não, porque vai sendo noticiado e não vai sendo desmentido.

Há pouco, um ministro de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> falou num golpe de Estado constitucional a propósito de um candidato presidencial, que por acaso ganhou — parece que o povo assim não entendeu e que não havia, por essa razão, qualquer golpe de Estado constitucional, aliás, espero que assim já não pense, porque senão não estaria hoje com esse sorriso na boca —, e pergunto-lhe se não considera que é muito maior golpe de Estado constitucional o não se permitir que a oposição exerça esse seu direito, que conta de um estatuto, de ouvir, no seu papel fiscalizador, quem critica o Governo na sua acção. E, Sr. Primeiro-Ministro, nós queremos ouvir o Prof. José Tavares, insistimos nisto.

*Aplausos do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

**O Sr. Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, registo o acordo de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> e da sua bancada quanto à matéria da simplificação administrativa, mas, entendamo-nos, o tema é muito sério.

De facto, não é um tema pelo qual possamos passar dizendo que «estamos de acordo e vamos a outros», porque o tema é importante. Se me permite a observação crítica, acho que nestes debates também lhe compete fazer intervenções políticas e não apenas intervenções que visam fazer uma revista de imprensa.

**Vozes do PS:** — Claro!

**O Orador:** — O tema é a simplificação administrativa, mas referir-se à simplificação administrativa dizendo que está de acordo, dando os parabéns e passando a outras coisas, desculpe, Sr. Deputado, não é próprio de uma bancada com as responsabilidades do CDS-PP.

**O Sr. Nuno Magalhães (CDS-PP):** — Era o que faltava!

O **Orador**: — Sr. Deputado, desculpe-me fazer-lhe esta observação crítica.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Está desculpado!

O **Orador**: — A simplificação administrativa é, de facto, um assunto da maior importância e, por isso, deve ser valorizado no discurso político. O meu objectivo, em primeiro lugar, é puxar para cima o tema e, portanto, se todas as bancadas acompanharem este esforço, creio que o País fica melhor servido, porque o problema...

**Vozes do CDS-PP**: — Já lhe demos os parabéns!

O **Orador**: — Srs. Deputados, importam-se de ouvir com respeito?

Como dizia, o problema é que se estas matérias continuam a ser desvalorizadas, enquanto são outras valorizadas, nunca mais o discurso político assumirá as suas responsabilidades de combater permanentemente estas matérias. Mas não quero fugir aos temas, já que querem outros temas, vamos a eles.

Sr. Deputado, quanto ao tema da energia, começo por recordar-lhe os resultados do último governo, o governo que o senhor apoiou durante três anos, em matéria de energia.

É muito importante que os portugueses tenham consciência de como estavam as coisas: em primeiro lugar, tínhamos uma situação muito difícil na questão energética em virtude de uma orientação estratégica errada que o anterior governo deu.

Qual foi essa orientação estratégica? A EDP deveria ser um monopólio natural no domínio da electricidade e do gás, competindo a Galp apenas no domínio do petróleo.

Este plano, que durou três anos, três longos anos, mostrou-se errado porque prejudicava — como foi, aliás, dito várias vezes — a concorrência e foi chumbado inicialmente pela Comissão e, mais tarde, pelo Tribunal. É preciso que não nos esqueçamos e assumamos as nossas responsabilidades, pois esse plano falhou, foram três anos de insucesso e uma carga histórica que deixaram na área da energia, muito significativa.

O senhor tem de reconhecer que o que este Governo fez foi responder a um problema seríssimo que resultava desse insucesso. E o que é que fez? Fez três coisas essenciais: em primeiro lugar, publicou uma nova orientação para o domínio da energia, alternativa à anterior, dizendo basicamente que as duas palavras chave no domínio da energia devem ser concorrência e eficiência e que queremos duas grandes empresas a concorrer nas mesmas áreas do gás e da electricidade, em Portugal. Queremos a EDP e a Galp com activos nesses dois domínios a concorrerem entre si. Com isso beneficiaremos o cidadão e as empresas que são clientes, mas também estas duas empresas, pois, como é sabido, quando há concorrência entre duas empresas, ambas beneficiam porque se tornam mais eficientes. É esta a orientação.

Em segundo lugar, como era nosso dever, tivemos também de reestruturar as duas empresas, nomeadamente a Galp, que era uma «cruz» que qualquer ministro da Economia carregava desde há anos e que foi resolvida por este Governo, tendo sempre em consideração os interesses nacionais, e o resultado serve todos os objectivos que o Governo se propôs alcançar.

A Eni tem a participação que tem, há um núcleo accionista estável português e há uma posição intermédia do Estado, que tem um contrato social que lhe garante ser sempre o Estado que tem de estar de acordo com todas as orientações estratégicas para a empresa. Isto é, a qualquer título, uma vitória do Governo português nesta negociação.

*Aplausos do PS.*

Lamento muito que numa negociação difícil, feita também com uma empresa estrangeira, e nós não trattamos de forma diferente as empresas estrangeiras e as empresas portuguesas...

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Não, trata as espanholas melhor!

O **Orador**: — Há um direito a que estamos obrigados, tratamos bem todas as empresas que se localizam em Portugal.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — E a reunião?

O **Orador**: — Portanto, conseguimos vencer esse desafio e, sinceramente, esperava que todos os partidos reconhecessem que essa vitória na Galp serviu o interesse de Portugal.

E o que é que o Governo fez na EDP? Fez aquilo que há muito deveria ter feito, ou seja, o Estado fez um acordo com os accionistas privados, perguntando-lhes, em primeiro lugar, se estavam ou não de acordo

com a orientação do Governo. Se estivessem de acordo, se se comprometiam a ser um núcleo accionista, estável, sólido, que permita, com o Estado, como é próprio de accionistas que estão juntos na mesma empresa, construir uma solução para a empresa.

Ora, todos os accionistas privados, nessa reunião de que o Sr. Deputado falou, disseram que estavam disponíveis para fazer isso.

Perguntou pela CajAstur e não sei qual é a sua preocupação com a CajAstur...

**Vozes do CDS-PP:** — Ah, não sabe!...

**O Orador:** — Não, não sei, não me parece que seja uma empresa portuguesa...

**O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP):** — E a Iberdrola é?!

**O Orador:** — ... mas quero recordar-lhe que nessa reunião estiveram todos os accionistas privados e o accionista privado que teve um papel pivô na consulta aos accionistas apresentou uma carta da CajAstur declarando que estava de acordo com a estratégia do Governo e estava também de acordo com a proposta de modelo de governação que os privados fizeram.

*Aplausos do PS.*

Foi, aliás, isso que foi divulgado pela CajAstur, em comunicado, e creio que isso é do domínio público.

Mas o importante aqui é que os accionistas privados já tinham proposto ao anterior governo que se fizesse um acordo semelhante. Sabe qual foi a resposta do anterior governo, o vosso governo? Foi uma resposta negativa, disseram «não».

E o que fizeram? Nomearam um gestor e uma equipa só da responsabilidade do governo. Não foi isto que este Governo fez. Este Governo procurou, conscientemente, um acordo com os accionistas privados por forma a termos um modelo de governação e uma liderança da empresa que represente quer o Estado quer os privados.

Ora, isso é positivo para o sector energético e é por isso que temos agora uma nova orientação, ao reestruturarmos a Galp e a EDP, por forma a servir o País de acordo com esta orientação.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Primeiro-Ministro, queira concluir.

**O Orador:** — Concluo já, Sr. Presidente.

Finalmente e quanto ao plano tecnológico, quero dizer-lhe o seguinte: primeiro, do plano tecnológico consta um programa MIT, de ligação de uma universidade portuguesa ao instituto americano. Isto é importante para o nosso país e para a internacionalização das universidades portuguesas e consta do nosso plano.

Segundo, esse programa está a ser negociado e desenvolvido pelo Governo português.

Terceiro, é falso que algum dia algum ministério se tenha oposto ao projecto MIT. O Sr. Deputado quer valorizar muito essa questão, de tal forma que diz que não gostei da pergunta e mostrei — segundo percebi, agora faz também interpretações psicanalistas da minha cara —, má cara.

*Risos do CDS-PP.*

Sr. Deputado, quero ser honesto consigo. Não gostei da pergunta, Sr. Deputado, é verdade.

**Vozes do CDS-PP:** — Ah, não gostou!

**O Orador:** — E sabe por que é que não gostei? Por uma razão que o senhor vai perceber e na qual me deveria acompanhar. O Prof. José Tavares foi chefe da unidade de missão, tinha um estatuto de subsecretário de Estado, estava encarregado pelo Sr. Ministro da Economia de elaborar um plano tecnológico, que exige contactos com muitos ministérios. Não gostei que ele violasse aquilo que é um dever e uma responsabilidade de todos os funcionários públicos superiores, até equiparados a subsecretários de Estado, tendo divulgado ou pretendido divulgar algumas informações que tinha obtido no exercício do seu cargo, e com isso violou um código

*Aplausos do PS.*

Mas não quero fazer muita questão nisto — ainda por cima fez uma afirmação que não é verdadeira e já foi desmentida —, pois o mais importante é que nenhum membro do Governo tem qualquer problema com a ligação ao MIT, bem pelo contrário, este Governo está a negociar com o MIT e vai fazer uma negociação, já confirmada, aliás, pelo MIT, para que possamos ter a internacionalização das universidades portuguesas.

Aliás, isto não será apenas com este instituto mas até com outras universidades americanas e europeias.

*Applausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para replicar, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, em primeiro lugar, queria dizer que ficamos esclarecidos quanto ao facto de ter confirmado que reuniu apenas com alguns accionistas, excluindo a CajAstur.

Como sabe, essa carta também não altera coisa nenhuma, porque só surgiu um mês depois, na sequência daquilo que pelo CDS-PP aqui foi sendo adiantado, em esclarecimentos pedidos...

**Vozes do CDS-PP**: — Muito bem!

O **Orador**: — ... mas que só hoje foram dados pela primeira vez.

Disse o Sr. Primeiro-Ministro que não lhe parece que a CajAstur seja uma empresa portuguesa. Pois não, mas a Iberdrola também não, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Exactamente!

O **Orador**: — Não é a circunstância de ter um socialista com responsabilidades nessa empresa que a transforma em portuguesa, porque essa empresa é igualmente espanhola! Não sei se percebe essa diferença, que nem sequer é apenas subtil, é uma diferença com muita importância, como bem sabe.

Sr. Primeiro-Ministro, em relação ao tema que aqui o traz, demos-lhe os parabéns. Que mais quer o Sr. Primeiro-Ministro? Sente necessidade que digamos que o que faz é mau? Sente necessidade que nos portemos como alguma oposição irresponsável, nomeadamente a da extrema-esquerda, para depois poder dizer que quando aqui vimos e falamos é só para dizer mal do Governo, porque, para nós, a oposição é um exercício de oposição pela oposição? Não, Sr. Primeiro-Ministro, dizemos bem quanto temos de o dizer, por isso, demos-lhe os parabéns.

Dei-lhe até um exemplo que o Sr. Primeiro-Ministro não tinha trazido – veja bem a relevância que trouxemos ao debate – que é o do cartão único automóvel. Mas, por exemplo, poderia ter-lhe perguntado sobre o cartão único para o cidadão, que também é uma promessa que consta do Programa do Governo e relativamente ao qual V. Ex.<sup>a</sup>, curiosamente, não falou.

Contudo, V. Ex.<sup>a</sup> disse outra coisa igualmente muito grave, isto é, que o que o anterior governo queria era o monopólio da EDP.

Sr. Primeiro-Ministro, salvo o devido respeito e não dando relevo depreciativo à expressão, isso é um disparate. Como é que se pode falar do monopólio da EDP num mercado que é necessariamente ibérico?

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Exactamente!

O **Orador**: — O que o Sr. Primeiro-Ministro não disse foi aquilo que a conduta do Governo parece indicar, que é a vontade, neste mercado necessariamente ibérico, de criar condições para que duas empresas portuguesas, que nesse mercado ibérico são necessariamente pequenas, concorram, para também necessariamente serem esmagadas pelas concorrentes espanholas!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Exactamente!

O **Orador**: — Isso é que é verdade, Sr. Primeiro-Ministro, e isso é que é grave!

Sabe por que é que é grave, Sr. Primeiro-Ministro? Porque V. Ex.<sup>a</sup> é o Primeiro-Ministro de Portugal, não é o primeiro-ministro de Espanha!

É óbvio que as empresas têm de ser todas tratadas em pé de igualdade num mercado que se queira livre, mas também é óbvio que um Primeiro-Ministro e um Governo portugueses têm de ter particular preocupação com as empresas portuguesas! E, quando a criação dessas regras de igualdade tem de ser feita pelo Governo, se elas são assim criadas, é óbvio que à partida está a excluir e a pôr em causa as empresas portuguesas, porque nessas regras não está a dar-lhes as tais condições de acessibilidade e de competitividade de que necessitariam.

A última questão que lhe deixo, Sr. Primeiro-Ministro, porque não tenho tempo, tem que ver com uma matéria que nos é muito cara e que ainda vai ser decidida no Parlamento, isto é, com a Lei da Nacionalidade. É matéria de Estado, é matéria fundamental do Estado, porque se trata de atribuir a quem é não é português essa qualidade, o que, muito mais do que um direito, é um privilégio, é o maior privilégio que o Estado português e Portugal podem atribuir a qualquer cidadão: a possibilidade de ser português, por via originária ou derivada.

A proposta de lei que o Governo apresenta tem alguns avanços com que concordamos, devemos dizê-lo – e na Comissão também temos tratado disso –, mas deixa-nos algumas preocupações que nos chocam e sobre as quais gostaria de saber a opinião de V. Ex.<sup>a</sup>.

Em alguns países, exige-se que os candidatos saibam a língua do país em causa, conheçam a sua história, façam exames culturais, etc. Em Portugal, a lei prevê, por exemplo, o requisito de subsistência para que a pessoa possa ser beneficiária dessa qualidade, desse privilégio de ser português – por exemplo, um contrato de trabalho, uma profissão –, mas o Governo, na sua proposta de lei, quer acabar com essa prova de subsistência.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Com as duas!

O **Orador**: — Aliás, com as duas provas de subsistência! Em bom rigor, aquilo que permite é que qualquer indigente, por esse facto e apesar desse facto, possa ser português. Além disso, não tem qualquer preocupação com a reciprocidade, ou seja, não há qualquer preocupação em que um cidadão português num qualquer outro país tenha o mesmo tratamento que um cidadão estrangeiro aqui vai passar a ter.

Porém, o que consideramos mais chocante e uma grande incoerência – e vou terminar, Sr. Presidente – é que não releva como deveria o eventual trajecto criminoso desses beneficiários. Vou dizer-lhe porquê. Porque só fica impedido de ser português, nessas circunstâncias, seja pela via originária ou derivada, quem for condenado pela prática de crime punível com pena de prisão superior a 3 anos. Vou dizer-lhe o que é que isso permite, Sr. Primeiro-Ministro. Permite, por exemplo, que o candidato possa insultar o Presidente da República, pôr em causa os símbolos nacionais (exactamente o contrário do que há pouco falávamos), pisar a bandeira, evadir-se de uma prisão portuguesa, usurpar funções, subornar, denunciar caluniiosamente, violar o segredo de justiça e até violar o segredo de correspondência (uma questão que hoje está muito em voga), fazer a apologia de crimes, participar em motins, intrometer-se na telecomunicações.

E, mais ainda, Sr. Primeiro-Ministro: na pendência do processo-crime, nem sequer é suspenso o processo administrativo para a atribuição desse direito. Isso choca-nos tremendamente, Sr. Primeiro-Ministro! Por exemplo, como é que eu, sendo um cidadão estrangeiro que quer naturalizar-me, apresento administrativamente esse pedido, entretanto cometendo um crime, insulto o Presidente da República, interfiro nas telecomunicações de quem quer que seja ou remeto para os jornais informações que me chegaram à mão sobre questões relevantes de uma investigação criminal que está em curso, e isso nem sequer suspende o processo administrativo?!

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

O **Orador**: — A pessoa pode ser naturalizada e no final pode ser condenada; isso não tem qualquer relevância.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

O Orador — Pergunto se é isso que V. Ex.<sup>a</sup> pretende para quem só pode ser português com base num privilégio, porque ser português é um privilégio, não é para todos, é só para quem o merece, Sr. Primeiro-Ministro!

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, lamento muito que se afaste de um consenso que é indispensável na sociedade portuguesa.

Temos de alargar as regras da nacionalidade para termos uma política de integração de imigrantes. Esse é o bom caminho para uma melhor integração, sem pôr em causa nenhuma das exigências que fazemos relativamente à comunidade nacional.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Esses são os aspectos positivos que referimos!

O **Orador**: — Esta evolução é cautelosa e prudente, mas tem de ser feita. O que se passa, hoje em dia, no que respeita à recusa da nacionalidade e ao abandono completo da ligação entre a nacionalidade e o solo, tem e deve de ser alterado.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Mas esses são os aspectos positivos!

**O Orador:** — Lamento muito que o CDS-PP e o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo se afastem de um consenso que é indispensável para quem comprehende os tempos, para quem interpreta os sinais dos tempos.

Sr. Deputado, quanto à questão energética (desculpe, mas respondo-lhe também pedindo que não valore muito a expressão), disparate é a visão infantil de que podemos ter uma única empresa, em Portugal, com activos importantes no gás e na electricidade, porque isso não obsta à concorrência, uma vez que há uma concorrência ibérica. Sr. Deputado, essa é uma visão muito ingénua.

Aliás, essa foi a visão que a Comissão Europeia recusou, e, não apenas a Comissão, também o Tribunal. O Sr. Deputado não pode esquecer este facto simples.

O Sr. Deputado pode bater-se pela sua visão de que deve haver uma empresa, como no passado, campeã nacional, dizendo que o seu objectivo é ter, em Portugal, uma empresa portuguesa que seja única no mercado. Mas essa não é a minha visão, Sr. Deputado, a minha visão é de que deve haver concorrência com empresas portuguesas, com activos importantes nos dois domínios, porque só assim poderemos servir melhor o mercado, os industriais e os cidadãos e contribuir para aquilo que é necessário fazer nessas empresas, que é melhorar a sua eficiência. É este o nosso desafio.

Além disso, Sr. Deputado, não se esqueça que essa visão foi chumbada pelo Tribunal e pela Comissão com base num argumento básico: concorrência! E aqui, desculpe, «não há mas, nem meio mas», houve uma derrota inequívoca de um projecto que durou três anos, que em muito prejudicou o sector energético, porque pôs as empresas e o sector, de uma forma geral, a «arrastar os pés» neste domínio.

O Sr. Deputado fez, ao longo da sua intervenção, várias insinuações, mas há ainda uma outra que quero afastar, porque não tem razão.

O Sr. Deputado referiu-se à prorrogação do concurso para parques eólicos, segundo percebi. Ora bem, essa prorrogação foi feita porque três consórcios pediram insistenteamente o adiamento do concurso.

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Porquê?

**O Orador:** — O concurso é muito complexo e exigente. Três consórcios interessados no concurso formularam pedidos de dilação do prazo...

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Porquê?

**O Orador:** — ... e os outros dois manifestaram-se favoráveis à sua dilação. O júri de concurso foi da opinião que o referido prazo deveria ser prorrogado, atendendo à complexidade técnica do concurso, mas há um aspecto que o Sr. Deputado deve saber,...

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Tentar saber!

**O Orador:** — ... é que a Iberdrola não pediu nenhum adiamento de concurso. Essa insinuação...

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Pois não! É por isso mesmo!

**O Orador:** — Sr. Deputado, importa-se de se acalmar um bocadinho? Não percebi, então. Os senhores pensam que o Governo, segundo entendi, adiou o concurso porque, se calhar, a Iberdrola o pressionou...

**Vozes do CDS-PP:** — Não, não!

**O Orador:** — Foi isso que entendi das suas insinuações!

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Não, não entendeu nada!

**O Orador:** — Não?! Então, nós tomámos uma medida contra os interesses da Iberdrola?! Mas, então, de que é que se queixam?!

*Aplausos do PS.*

*Protestos do CDS-PP.*

Sr. Deputado, desculpe, mas essa conversa não tem lógica! Há aí um problema de lógica ou de perspectiva. Os senhores não sabem é o que querem!

Estava a dizer-lhe que o Sr. Secretário de Estado adiou o concurso a pedido do júri do concurso, dada a complexidade técnica e com base no pedido de três consórcios, e não da Iberdrola, mas das empresas

portuguesas!

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Mas quem é que criou as regras?

**Orador:** — Sr. Deputado, oiçal! As empresas que pediram o adiamento foram as portuguesas,...

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Claro!

O **Orador:** — ... portanto, foi para responder à EDP e à Galp que adiámos o concurso, porque, havendo muitas empresas a pedir esse adiamento, também não custava, tratando-se de uma questão tão importante como este concurso, adiar por 30 dias.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Por que é que teve de adiar?

O **Orador:** — Sr. Deputado, trata-se de um sector que está em ampla reestruturação, que levou uma mexida de alto a baixo, relativamente ao qual o Governo se comprometeu, fez uma nova orientação, reestruturou o sector empresarial, têm sido anunciados vários investimentos no domínio da energia, porque já publicámos os diplomas para o biodiesel e para os biocombustíveis, avançámos no domínio da eólicas, e o Sr. Deputado não disse nem uma palavra para aquilo que foi uma mexida profunda no sector da energia, que honra Portugal e a economia portuguesa.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente:** — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria apenas pedir que, por intermédio da Mesa, seja remetido ao Sr. Primeiro-Ministro um diploma que certamente desconhece, porque tem estado menos atento a estas coisas do Parlamento, relacionado com a Lei da Nacionalidade.

V. Ex.<sup>a</sup> deveria saber que o CDS-PP apresentou um projecto de lei que na questão da ligação ao solo tem um regime exactamente igual ao do Partido Socialista. Portanto, criticando o nosso projecto, está a criticar o do Partido Socialista.

Falei-lhe de um aspecto específico do regime, que tem que ver com a moldura penal abstracta, para efeitos, nomeadamente, de suspensão da apreciação dos processos administrativos ou de impedimento da atribuição do benefício, o que é uma coisa completamente diversa.

Mas, para que o Sr. Primeiro-Ministro possa ser justo em futuras apreciações, remetemos-lhe o nosso projecto de lei, para verificar que vai exactamente no mesmo sentido do do Partido Socialista, com uma diferença, é que é melhor quanto àquilo que o do Partido Socialista não contém.

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente:** — Para formular a sua pergunta ao Primeiro-Ministro, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, por alguma razão, este tem-se tornado o debate mais sorumbático dos seis debates que tivemos até agora. Creio, com muita franqueza, que o Sr. Primeiro-Ministro não apresentou liderança neste debate.

Terminou, há pouco tempo, um ciclo eleitoral longo na sociedade portuguesa. Poderia esperar-se deste debate muitas coisas, poderia esperar-se uma avaliação de um ano de Governo, e tinha sentido pensar sobre o que aconteceu e o que tem de acontecer; poderia esperar-se, sobretudo, que este debate contribuisse, apesar da irritação dos Deputados do Partido Socialista, para olhar para o futuro, para os grandes problemas do futuro.

O Sr. Primeiro-Ministro escolheu, no entanto, um tema importante mas desmerecendo-o. O tema tem grande importância, tem grande merecimento, mas há-de convir que não é digno do Parlamento e não é responsabilidade do Governo, como devia ser, anunciar as medidas que vai apresentar em Março, para fazer uma discussão que não pode ser concreta onde a discussão só pode ser concreta.

Para discutir a sério, como tem de ser discutida, a política administrativa, precisamos de um debate na Comissão, no detalhe das propostas, para realçar a sua importância, os seus riscos e a sua adequação; precisamos de um ministro que venha aqui apresentá-las, não precisamos, Sr. Primeiro-Ministro, de um painel publicitário...

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Muito bem!

**O Orador:** — ... sobre aquilo que algum dia vai ser apresentado, para que algum dia possamos discutir, para que algum dia possamos conhecer.

*Aplausos do BE.*

Nesta matéria, era preciso ser concreto, e não se é concreto adiando ou antecipando o adiamento.

Quero, aliás, Sr. Primeiro-Ministro, na mesma óptica, chamar-lhe a atenção para que já não é a primeira vez que, num debate desta natureza e desta importância, se passa como «gato pelas brasas» sobre os problemas, para deixar aqui, em debate mensal, promessas que não são cumpridas e que, portanto, enfraquecem aquele que é o sentido de responsabilidade deste debate.

Já tivemos cinco debates mensais antes deste e em cada um deles o Sr. Primeiro-Ministro fez promessas que não cumpriu.

Começo pelo primeiro, em 29 de Abril de 2005, que foi um debate mensal sobre a justiça, pela pág. 543 do *Diário da Assembleia da República*. Disse o Sr. Primeiro-Ministro que, no último trimestre do ano — já passou! —, o Governo iria apresentar um Código Penal e um Código do Processo Penal. Sabemos agora que isto vai demorar mais um ano.

Passemos à pági. 568 do mesmo *Diário da Assembleia da República*. Dizia-me o Sr. Primeiro-Ministro: «Depois de consultar o Sr. Ministro da Justiça, posso comprometer-me consigo no sentido de que, até ao final do ano, apresentaremos aqui as nossas propostas, com vista a rever os aspectos das custas judiciais, que permitam um acesso das pessoas mais pobres e, em particular, dos trabalhadores ao apoio judiciário.». Não se passou nada! Desse debate, nada, Sr. Primeiro-Ministro!

Vamos para o segundo debate, em 25 de Maio de 2005. O Sr. Primeiro-Ministro promete, na pág. 984 do *Diário*, o levantamento do segredo bancário para efeitos de fiscalização. Rigorosamente nada! E continua por aí adiante! Em cada debate, o Sr. Primeiro-Ministro apresenta-nos uma «bateria» de medidas que não cuida de aplicar, que não cuida de respeitar prazos, que não cuida do rigor necessário e que não se preocupa, sequer, em acompanhar.

Continuámos com a educação e verificámos o ajuste de contas com a greve dos professores.

Prosseguimos, depois, para a formação profissional e verificámos que iriam ser colocados não sei quantos jovens licenciados. Sabemos, agora, que não cumpriu e que, apesar de ter prometido passar de 1000 para 3000, não chegámos ainda aos 1000.

**O Sr. Primeiro-Ministro:** — Chegámos, chegámos!

**O Orador:** — Não! Não chegámos ainda aos 1000! O Dr. Carlos Zorrinho veio ao Parlamento, há dois dias atrás, dizer que não tinha lá chegado.

Mas, sucessivamente, Sr. Primeiro-Ministro, é este o padrão, ou seja, fala-nos de temas, todos eles, importantes, para saltitar para outro tema, sem olhar para trás e para as regras do Governo.

**Vozes do BE:** — Muito bem!

**O Orador:** — É certo que poderia hoje ter trazido muitos outros temas importantes, como, por exemplo, o modo como vai combater os crimes de branqueamento de capitais ou as fraudes ou os crimes de «colarinho branco» — o País precisa dessa resposta! —, ou a forma como responde à política de rendimentos, depois da farsa que foi o fingimento de negociação com os sindicatos da função pública para impor o que já se sabia que ia ser imposto, isto é, um aumento de 1,5%.

Poderia até ter trazido um debate sobre a política de energia, que tem, naturalmente, imenso merecimento. E não seria tanto um debate sobre a estrutura das empresas, embora seja importante, sobre a relação da EDP com a Iberdrola, da Galp com a Eni, sobre o que evoluiu nos últimos tempos. Isto é, certamente, importante mas o Sr. Primeiro-Ministro há-de convir que o decisivo, neste ponto de vista, é a política estratégica sobre a utilização dos activos nacionais e sobre a estratégia pública quanto à utilização de recursos escassos, ao nível de políticas ambientais e de promessas de investimento que agora ocorrem, como a nova refinaria em Sines, que ainda não se percebe muito bem em que contexto surge e que razão tem, bem como em termos do desenvolvimento das nossas potencialidades.

Poderia trazer aqui a discussão da política de responsabilidades do Estado na Caixa Geral de Depósitos ou noutras empresas públicas.

Até poderia voltar um pouco atrás, Sr. Primeiro-Ministro, aos debates que já fez, e trazer aqui as preocupações do País. E quero chamar-lhe a atenção para uma, em particular, apenas para lhe dar um exemplo, actualmente, uma gravíssima crise da justiça. Há uma semana atrás aconteceu um facto inédito na democracia portuguesa: o Presidente da República entendeu necessário dirigir-se ao País para desmentir, implicitamente, um comunicado da Procuradoria-Geral da República e para, numa atitude inédita, exigir um inquérito a curíssimo prazo. O Governo, no mesmo dia, tomou uma posição semelhante.

Quase duas semanas depois, ninguém, nesta Sala, nenhum Ministro ou Deputado, é capaz de respon-

der às perguntas que o País se coloca: como é que a PT utiliza uma aplicação informática para juntar a informação correspondente aos registos de chamadas telefónicas de responsáveis políticos e outras pessoas? E como é que esse registo é entregue e disponibilizado a um processo quando se trata de pessoas que não são inquiridas, que não estão relacionadas com pessoas inquiridas, que não são acusadas ou investigadas e que não estão relacionadas com pessoas acusadas ou investigadas?

Todos merecemos ter a certeza sobre os procedimentos que impedem tal violação, porque é em nome dessa garantia que se pode obter a credibilidade da justiça e, portanto, proteger a autonomia do Ministério Público, a garantia da liberdade e da responsabilidade que a justiça deve dar e o combate à diluição política que tem vindo a ocorrer neste «pântano».

Poderíamos, portanto, reavaliar o debate sobre a justiça e ver aquilo que cada responsável político, a começar pela oposição e continuando pelo Governo e, naturalmente, por todas as instituições, tem de fazer para dar essa garantia tão importante.

Por isso, quero terminar dizendo-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que podíamos olhar para os debates anteriores e ver a sua inconsequência mas prefiro, no entanto, fazer-lhe um outro convite e dizer-lhe, francamente, qual será a agenda do Bloco de Esquerda em 2006, a qual se resume em três palavras: segurança social, desemprego e justiça.

No que diz respeito ao desemprego, queremos contrataularizar as localizações para acabar com as deslocalizações, combater as falências fraudulentas, contribuir para o emprego de licenciados e para a qualificação.

Na segurança social, que gostaríamos de ver discutida num debate desta natureza, queremos uma política que redistribua o produto do trabalho, para garantir uma segurança social pública sem o aumento da idade de reforma, que representa uma diminuição do direito das pessoas.

Na justiça, queremos contribuir, e já, sem esperar mais tempo, para reduzir os prazos e tornar a justiça mais eficiente, para diminuir o abuso da prisão preventiva e para garantir todos os instrumentos possíveis para as investigações de todos os crimes, incluindo a corrupção e outros muito graves, sem desvalorizar esses instrumentos e enfraquecê-los, porque este será o resultado desta crise.

Não sei se o Governo tem agenda, Sr. Primeiro-Ministro, não sei se tem alguma coisa a dizer-nos sobre estas questões absolutamente essenciais, mas talvez seja esta a oportunidade de o ouvir sobre isso.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Louçã, como ponto prévio quero dizer-lhe o seguinte: entendo que o Sr. Deputado não tem razão quando menoriza, quando desconsidera uma questão tão importante como a da simplificação administrativa...

**Vozes do PS**: — Muito bem!

O **Orador**: — ... e da sua importância para a vida económica e para a melhoria dos nossos serviços públicos.

**Vozes do PS**: — Muito bem! Bem lembrado!

O **Orador**: — Quem não mostrou liderança foi o senhor, ao desconsiderar este tema!

*Aplausos do PS.*

É quem percebe as tarefas que a esquerda moderna tem pela frente, no sentido de reformar o Estado social, de o tornar mais ágil, mais à altura dos desafios dos nossos tempos, e quem tem consciência do que há a fazer neste domínio não se atreveria a dizer que um debate sobre simplificação administrativa e modernização económica é um debate sorumbático.

Sr. Deputado, sorumbáticas são as ideias que não têm em consideração que este é um grande desafio para o nosso Estado e para a nossa sociedade.

*Aplausos do PS.*

Até lhe diria mais, Sr. Deputado: desculpe, mas é um grande atraso de vida não entender que a simplificação administrativa é uma das prioridades da política moderna.

**Vozes do PS**: — Muito bem!

O **Orador**: — Em segundo lugar, o Sr. Deputado esgravatou, esgravatou, andou de pinças à procura de

medidas que eu tivesse aqui anunciado e não tivesse realizado.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Ainda bem que o reconhece!

O **Orador**: — Tarefa difícil! Tarefa difícil, mas parece que...

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Não é, não!

O **Orador**: — É, é! É de tal forma...

*Protestos do BE.*

Srs. Deputados, deixem-me expor o meu ponto de vista!

Sobre justiça, o Sr. Deputado sabe que anunciei aqui muitas coisas, e vou tentar, de memória, elencá-las.

Anunciei a redução das férias judiciais. Está cumprida, não está, Sr. Deputado?

O Sr. **Fernando Rosas** (BE): — E as custas judiciais? É bem mais importante!

O **Orador**: — Anunciei também, no âmbito do programa de eliminação do congestionamento dos tribunais, a questão dos cheques, nomeadamente a alteração do seu regime. Já foi aprovada pelo Governo!

Anunciei a eliminação das transgressões e a sua transformação não em crimes mas em contra-ordenações; anunciei, por exemplo, a medida muito favorável ao consumidor, que diz respeito à necessidade de as empresas discutirem no foro do consumidor os aspectos de cobrança de dívidas, uma reforma, aliás, estrutural, que visa descongestionar os tribunais, sobretudo os dos principais centros urbanos. Todas estas medidas estão aprovadas!

O Sr. **Fernando Rosas** (BE): — E as custas?!

O **Orador**: — Mas o Sr. Deputado referiu-se a outros dois aspectos: às custas judiciais e ao Código de Processo Penal. Veio em boa altura, Sr. Deputado! Ainda hoje se realizou um colóquio, justamente sobre as custas judiciais, em que se discutiu...

**Vozes do BE:** — Um colóquio?!

O **Orador**: — Ó Srs. Deputados, sejamos sérios na discussão!

Ainda hoje se realizou um colóquio sobre as custas judiciais, em que se discutiu a proposta do Governo.

Ó Sr. Deputado, não me importo nada de lhe dizer o seguinte: se o Sr. Deputado entende que corresponde a um atraso imperdoável o facto de eu dizer que, durante o último trimestre do ano passado, o projecto estava feito — e está, está em discussão pública! —, porque o Sr. Deputado considera que esse anúncio era no sentido de estar já aprovado, olhe, Sr. Deputado, não posso deixar de lhe dar razão. Mas o Sr. Deputado entende que é por aí...? Não é, Sr. Deputado! O projecto está feito e está em discussão pública!

O Sr. **Fernando Rosas** (BE): — O senhor é que enganou o Parlamento!

O **Orador**: — E o Sr. Deputado Francisco Louçã também sabe que, em matéria de processo penal e Código Penal, as medidas virão em breve, ainda neste trimestre, a esta Assembleia.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Vamos tomar nota!

O **Orador**: — Sim, Sr. Deputado! Já foi anunciado pelo Sr. Ministro da Justiça e a comissão que está a tratar disso já anunciou publicamente esse prazo.

Mas o Sr. Deputado deve convir que, para um Governo que tem apenas nove meses, ter feito e aprovado as medidas de descongestionamento dos tribunais, ter implementado uma medida que há muito deveria ter sido implementada, e não foi, de alteração das férias judiciais e ter promovido a alteração da definição de orientações de política criminal, que ontem aqui foi aprovada na generalidade, é um trabalho reformista que não envergonha ninguém.

*Applausos do PS.*

O Sr. Deputado não tem razão noutro ponto. Lamento desiludi-lo, mas vou dar-lhe uma nova informa-

ção: o Governo tem apenas nove meses mas, ao fim deste tempo, o INOV-JOVEM já integrou 1021 jovens em empresas.

O Sr. **Fernando Rosas** (BE): — Já só faltam 2000!

O **Orador**: — Bem sei que o Sr. Deputado vinha com essa de «Ah, se calhar, ainda não tem 1000...» Engana-se! Há já 1021 jovens integrados! Já ultrapassámos os 1000!

*Risos e aplausos do PS.*

Sei que andou a esgravatar, mas nem «uma» acertou, Sr. Deputado! Posso dar-lhe a informação que tenho aqui — espero que acreditem! —, do Instituto de Emprego e Formação Profissional, no sentido de que 1021 jovens já estão integrados. Sei que não demos boa nota pública disso, mas talvez o devêssemos ter feito, e talvez ainda o façamos, porque é muito importante que os jovens portugueses percebam que o dever do Estado não é o de tratar de toda a sua vida e garantir-lhes tudo. Não, o dever do Estado é o de lhes dar oportunidades! E este programa tem esse objectivo: dar oportunidades.

Depois, o Sr. Deputado considera sempre que o grande debate seria aquele que gostaria de fazer e que, portanto, não tem a ver com o tema que escolhemos. Será que é porque o debate lhes correu mal? Certamente que não!

O Sr. Deputado quer fazer um debate sobre energia. Já respondi a várias perguntas sobre energia — e tenho o maior gosto em responder —, mas quero recordar-lhe também que o Sr. Ministro esteve aqui, há pouco tempo, a participar em dois debates sobre energia.

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Bem lembrado!

O **Orador**: — Se há coisa de que a Assembleia da República não se pode queixar é de não debater a energia! Tenho visto esta Assembleia a debater energia, e com muita energia, até da parte do Bloco de Esquerda.

*Risos e aplausos do PS.*

O Sr. Deputado falou em segurança social, desemprego e justiça. Muito bem! Cá estaremos, este ano, para discutir essas matérias. O que espero é que haja uma posição que tenha a ver com o seguinte: enfrentamos muitos desafios, e a maior parte deles não se resolve com retórica ou prometendo e apelando ao paraíso na terra; resolve-se com trabalho duro e com discussão em volta de propostas concretas.

Talvez não fosse mau que o Sr. Deputado — e espero que o faça — aproveitasse este ano para apresentar a sua proposta relativamente à resolução de um problema tão delicado como é o da sustentabilidade da segurança social.

O Sr. Deputado apresentou a sua agenda. Agradeço-lhe essa informação e aqui fica um convite para que a desenvolva com propostas concretas, em benefício do País.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para exercer o seu direito de réplica, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, entendeu como uma desconsideração que eu me tenha referido ao facto de o senhor ter mencionado que ia apresentar um programa em Março como algo muito superficial. Creio, Sr. Primeiro-Ministro, que desconsideração é ter-nos vindo apresentar 10 títulos quando sabe que o trabalho sério que o Parlamento tem de fazer é discutir em detalhe o programa para valorizar as convergências e as divergências. Precisamente porque essa matéria é muito importante é que não vale apresentá-la em 12 minutos para que seja discutida em 1 hora sem ninguém saber do que o senhor está a falar.

**Vozes do BE**: — Muito bem!

O **Orador**: — O senhor terá de ponderar com seriedade o mesmo que nós, ou seja, o princípio do rigor e do controlo das obrigações públicas das empresas e a simplificação da sua vida. Estamos, como sempre, disponíveis para essa discussão, mas ela ocorrerá em Março, quando o senhor apresentar o programa, não agora, quando faz um painel publicitário sobre o mesmo.

**Vozes do BE**: — Muito bem!

**O Orador:** — Se o senhor leva a sério esse programa, como espero e desejo, e como nós certamente o levaremos a sério, essa é a discussão que se deverá travar, não uma discussão abstracta sobre intenções. Foi por isso que lhe chamei a atenção para intenções tão importantes que o senhor já anunciou e que não são pequenos factos esgravatados: o Código Penal; o Código de Processo Penal; as custas judiciais. O senhor atira-me com um colóquio?!... Por que é que se comprometeu com datas?! Mas alguém lhe pediu para se comprometer com uma data?!

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Isso é demagogia!

**O Orador:** — O senhor é que veio aqui trazer uma data porque considerava, na altura, o mesmo que eu, ou seja, que o assunto é importante e tem prioridade. Portanto, façamo-lo como temos de o fazer: com o trabalho sério do Parlamento e respondendo ao Governo no tempo próprio.

Deixe-me dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que o senhor levou tão a sério as medidas que anunciou que, num momento extraordinário da vida parlamentar, chegou mesmo a dizer que vai nomear um conselheiro técnico para parar a fúria legislativa de Bruxelas,...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não! Para conter!

**O Orador:** — .... o que é, sem dúvida nenhuma, muito boa notícia. Espero que Bruxelas tenha isso em conta também.

*Risos do BE.*

Veio dizer-nos, Sr. Primeiro-Ministro, que havia retórica. É a retórica que estou a criticar, porque quando o Sr. Primeiro-Ministro faz um acordo com o PSD sobre as privatizações e nos diz que não é uma questão ideológica, que é só retórica a crítica que se faz a essa política, estou à espera de o ouvir dizer que até se coloca numa posição apartidária sobre essa matéria. Ainda estou à espera disso.

Deixe-me ainda lembrar-lhe outra falta. O seu ex-Ministro das Finanças Luís Campos e Cunha anunciou que, em Julho, traria a este Parlamento a posição governamental sobre o plano de privatizações. O Ministro posterior, Teixeira dos Santos, anunciou que também o faria a curto prazo. Estamos no dia 27 de Janeiro. Por que é que essa discussão é importante? Porque não é retórica, porque é uma discussão sobre princípios e prioridades da economia e do serviço público.

O que o Sr. Primeiro-Ministro disse até agora aqui é extraordinariamente superficial, ou seja, que nuns casos é bom, noutros casos é mau. Pois, muito bem, é sempre a mesma coisa: umas vezes «sim», outras vezes «não». É a lógica do interruptor, que umas vezes está para cima, outras vezes está para baixo. Mas isso não é política económica. Política económica é saber que nos monopólios naturais nunca uma privatização tem ganhos de eficiência em relação ao sector público.

Sr. Primeiro-Ministro, na Constituição norte-americana é impedida a propriedade privada dos recursos naturais; não pode haver privatização do ferro, do magnésio, da água. Aqui, o senhor admite a privatização da gestão da água...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não tem nada a ver uma coisa com a outra! Não seja demagogo!

**O Orador:** — Esse é que é o problema! O senhor acha que uma coisa nada tem que ver com outra! Esse é que é o problema! Gostava de explicar-lhe que tem muito que ver, porque uma empresa privada, quando tem a gestão de um recurso que é único, não atende a outros interesses prioritários que não seja o pagamento dos seus dividendos. Compreenda isto, Sr. Primeiro-Ministro.

Talvez o senhor saiba o que é uma assembleia de accionistas. Uma assembleia de accionistas reúne uma vez por ano para discutir a recondução de uma administração, que ou pagou ou não pagou os dividendos. Uma empresa pública, em contrapartida, tem outras obrigações, que também gostava de lhe explicar quais são: as obrigações de responder pela qualidade do serviço público. E, se há um monopólio natural, a desvantagem para o consumidor que é o poder da empresa privada é anulada se for uma empresa pública, porque é uma vantagem a obrigação e responsabilidade públicas.

O que estamos a discutir não é um plano de privatizações para financiar a dívida pública. Estamos a discutir hoje o controlo sobre os únicos sectores estratégicos — transportes, água, finanças, energia, telecomunicações — em que não são tomadas medidas essenciais. Aliás, gostava de dar-lhe um exemplo de uma medida que o Governo não toma, onde podia haver concorrência e não há.

Há muito tempo que esta bancada tem proposto que haja uma limitação da propriedade das empresas de comunicação social. Quero dar-lhe um exemplo: a PT, hoje, impede a divulgação da banda larga a um preço acessível porque controla, simultaneamente, os negócios do Cabo e do ADSL. Se houvesse a participação destes negócios, como uma lei anticoncentracionária teria de impor, então teríamos concorrência,

melhor acesso e melhores preços. É só porque o Partido Socialista não quer que uma lei dessa natureza ainda não foi aprovada. E já passa muito tempo!

É, portanto, preciso saber se o Governo tem vontade, se tem espírito, se sabe sair da retórica, se sabe concentrar-se nas questões essenciais.

Deixe-me dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que em matéria de liderança cada um interpretará como quiser — o senhor terá a sua opinião e eu terei a minha. Liderança é concentrarmo-nos naquilo que é decisivo para a modernização do País, não é perdermos tempo anunciando aquilo que o Governo vai voltar a anunciar daqui a dois meses, que não quer discutir hoje porque só poderemos discutir daqui a dois meses. Não teríamos perdido tempo e teríamos tido um debate mais concentrado sobre a segurança social ou sobre aquilo que o senhor quisesse desde que se tratasse das questões decisivas que preocupam o País. E acredite que desemprego, segurança social e justiça são áreas em que temos de dar as garantias da credibilidade de uma política democrática. E essas garantias não existem ainda hoje em Portugal.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Louçã, liderança é antecipação, é estar à altura dos tempos, é perceber que o investimento e o dinamismo económicos estão estreitamente ligados à matéria dos custos de contexto. Não perceber que o dinamismo económico arrasta, por consequência, o emprego e uma batalha que a sociedade deve travar para reduzir as desigualdades é não entender a importância deste tema, é não antecipar nem estar à altura dos tempos; é ficar para trás. E o objectivo da marcação deste debate teve justamente a ver com a necessidade que todos os políticos devem ter de colocar o tema na agenda política e no discurso político.

**Vozes do PS**: — Muito bem!

O **Orador**: — Não é um painel publicitário. Não, Sr. Deputado. O discurso pode muito, o discurso tem responsabilidades: chamar a atenção da sociedade e da Administração Pública para os custos escondidos, para a necessidade de lhes dar luta permanentemente, de alterar até a cultura de que é sempre preciso fazer uma lei quando há um problema sem pensar se a mesma pode ou não vir a agravar os custos sem resolver esse problema. É esse caminho que não estou disponível para continuar.

Penso, pois, que temos de valorizar este assunto.

O Sr. Deputado engana-se muito. É que anunciei um programa para Março, mas as medidas já estão decididas. Em Março apresentaremos mais de uma centena de medidas de simplificação, que estão agora a ser estudadas e avaliadas pela Unidade de Coordenação da Modernização Administrativa, porque não vamos eliminar nada que possa pôr em causa qualquer política pública. Mas as 10 medidas que anunciei já estão estudadas — os decretos-leis estão já em circulação — e vamos aprovar a maior parte delas no próximo Conselho de Ministros.

No próximo Conselho de Ministros será aprovado, por exemplo, o diploma que elimina as escrituras públicas. Este trabalho já está feito e decidido, por isso falei nele. A minha obrigação como Primeiro-Ministro é falar neste trabalho e convencer os portugueses e a sociedade portuguesa de que temos de olhar para estes custos escondidos, para esta face negra da nossa economia, de olhar para ela e resolver o problema. Desconsiderar o problema é que, sinceramente, não está à altura da necessidade de dar maior dinamismo à nossa economia e de melhorar também os serviços públicos, Sr. Deputado.

Compreendo que não estivesse na sua agenda, mas que é um tema muito importante da política, é-o sem dúvida.

Pelos vistos, o Sr. Deputado não foi capaz de mencionar nenhuma outra medida anunciada nos tais cinco debates que referiu que eu não tivesse cumprido.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — O plano de privatizações, por exemplo!

O **Orador**: — Esqueceu-se, pelo caminho, de todas essas medidas, como por exemplo na área da educação: do ensino de Inglês na escola primária,...

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Já cá faltava!

O **Orador**: — ... das tecnologias de informação, da escola a tempo inteiro... De tudo isso se esqueceu. Para si, não foi trabalho feito, caiu do céu... Não, Sr. Deputado, isso custa e é resultado de um trabalho muito atento. Essas medidas, como se pode ver, pois todos os dias vêm nos jornais notícias de protestos contra elas, já estão tomadas.

Pergunta o Sr. Deputado: «Então, e o projecto relativo às custas judiciais? O senhor comprometeu-se com uma data e vem-nos com um colóquio». Sr. Deputado, quero lembrar-lhe que há um colóquio porque

há um texto, um projecto.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Estamos no Parlamento. Não sei se já reparou!

O **Orador**: — O texto está em discussão pública, há um debate sobre o texto do Governo que se propõe mudar isso. Diz o Sr. Deputado: «Ainda assim está atrasado». Ó Sr. Deputado, concedo-lhe isso: pronto, está atrasado! Já devia estar aprovado, portanto estamos atrasados um mês.

*Protestos do BE.*

É inacreditável que, na área da justiça, o Sr. Deputado não tenha o mínimo de justiça para com o próprio Governo!

*Aplausos do PS.*

Então, um Governo que altera e aprova as medidas do seu plano descongestionamento dos tribunais, um Governo que altera as férias judiciais, um Governo que apresenta aqui uma lei que visa dar à Assembleia da República a responsabilidade de definir as prioridades no campo criminal, é um Governo que anda a dormir no que respeita à justiça?! Não, Sr. Deputado, é um Governo reformista, que quer dar à justiça as mudanças de que ela necessita, que não se resigna a esta situação e que não deixará passar este momento, que exige de todos os políticos uma concentração nas mudanças neste domínio.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — O Sr. Deputado considerou até, segundo percebi, uma matéria menor, que porventura podia ter sido evitada, a ideia de colocarmos na representação em Bruxelas um conselheiro técnico com a única obrigação de avaliar os custos administrativos das directivas e dos regulamentos, por forma a que Portugal possa assumir na União Europeia uma posição contrária à fúria legislativa. Eu não disse que é o conselheiro que vai eliminar a fúria legislativa.

*Risos do BE.*

Sr. Deputado, não se ria que este assunto é muito grave!

Em Portugal, essa contabilidade ainda não está feita, mas a verdade é que em Inglaterra, por exemplo, mais de 50% da legislação deriva das directivas comunitárias. Nós não andaremos muito longe desse número, isto é, a legislação que produzimos vem muito da União Europeia e, portanto, o juízo sobre essa legislação e a consideração de uma avaliação entre custos e benefícios deve ser feita também na União Europeia. Mas o que anunciei foi uma mudança de posição de Portugal.

Portugal sempre teve uma grande desconsideração desta matéria. Agora passará a ser parte dos países que criticam esta fúria regulamentadora, nalguns casos até caricata, que não acrescenta nada à imagem da Europa, pelo contrário prejudica-a, e que também tem como consequência alargar e aumentar o fardo administrativo sobre a vida em Portugal.

Isto não é retórica, são medidas concretas que alteram a cultura política de um País. E aqui é que está o ponto, Sr. Deputado. V. Ex.<sup>a</sup> considera que esta é matéria à qual não se deve ligar. Diz: «Ora, lá vem com a simplificação administrativa! Pronto, estamos todos de acordo e esqueçamos o assunto». Não, Sr. Deputado, não é para esquecer.

Sei que isto é mais fácil de dizer do que fazer. Mas, retórica, Sr. Deputado?! Retórica, com a eliminação da obrigatoriedade de escrituras públicas?! Sabe de onde resultou este trabalho? Este trabalho resultou de meses de preparação no Ministério da Justiça, de uma comissão com representantes do mundo dos negócios, do mundo do trabalho e de diversas associações de diferentes naturezas, tendo todos eles reclamado esta exigência! E, para muitos burocratas, eliminar a obrigatoriedade das escrituras públicas era absolutamente impossível. Absolutamente impossível até ao momento em que se torna possível.

E acha uma questão menor, Sr. Deputado?! Apenas retórica?! Acha menor que eliminemos, de uma vez só, os livros Razão, os livros de contabilidade, o livro Copiador, que descrevi, completamente obsoletos, que não têm hoje a mínima razão de ser?! Acha essa questão menor?! Acha retórica?!

Não, Sr. Deputado. Está muito enganado. Isto tem consequência na vida das empresas. Há pessoas a fazer isto, que é desnecessário. Há empresas a ganhar dinheiro com isto...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, faça o favor de concluir.

O **Orador**: — Sr. Presidente, sendo assim, concluo.

Há, portanto, portugueses que só ganham com estas reformas. Isto não é retórica, mas fazer política em nome de objectivos que têm a ver com o dinamismo da nossa economia!

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma pergunta, o Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes.

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, antes de mais nada, gostaria de o felicitar pela sua aparente já completa recuperação física. Ainda ontem o víamos com uma canadiana, hoje já vem sem nenhuma. Suponho, portanto, que já estará completamente restabelecido. Faço votos nesse sentido.

O Sr. Primeiro-Ministro optou hoje por vir aqui, a esta Assembleia, apresentar um conjunto de medidas que considerou serem absolutamente inatacáveis. De facto, todos estamos de acordo com a desburocratização do sistema, todos estamos de acordo com a simplificação administrativa. São grandes princípios em relação aos quais todos somos favoráveis, são boas intenções às quais ninguém pode ficar indiferente.

No entanto, Sr. Primeiro-Ministro, devo dizer que a escolha deste tema é, no mínimo, de assinalar, quando sabemos que os portugueses se depararam com um cenário francamente difícil em 2006. E sou forçado a enumerar rapidamente o cenário com que os portugueses se depararam no inicio de 2006: 2,3% de aumento nos transportes, depois de em 2004 já terem aumentado três vezes e em 2005 outras tantas vezes; 1,2% de aumento da electricidade; 2,8% de aumento das portagens das auto-estradas; 5% de aumento das portagens da Ponte 25 de Abril; 15% de aumento do imposto de tabaco; 10% de aumento do imposto sobre os produtos petrolíferos; 2,1% de aumento nas rendas à habitação; 4,37% de aumento no imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis; 2,3% de aumento no imposto automóvel; 2% de aumento do preço do pão. Acompanhando este cenário, Sr. Primeiro-Ministro, temos a quebra dos salários reais, como há seis anos consecutivos vem acontecendo, com um aumento de apenas 1,5%.

Esta é uma das faces mais visíveis deste Governo, que pretende, em nome de um défice, cortar com direitos dos trabalhadores e aumentar o sacrifício imposto a esses trabalhadores. E, nesta medida, se por este lado foge para trás, foge para a frente com o chamado *eGovernment*, como se a *Internet* e as soluções informáticas, isto é, o «choque tecnológico» viesse resolver os problemas do País, sem dinheiro, sem criar condições e sem meios para os resolver.

Esta política, Sr. Primeiro-Ministro, já o conduziu, mais recentemente, a duas derrotas eleitorais.

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Bem lembrado!

O **Orador**: — Penso que o senhor também não pode descurar essa questão. O Governo opta por apresentar inevitabilidades e dizer que simplesmente não há alternativas, com o claro intuito de tudo justificar em nome do défice, para anular a contestação social relativamente ao ataque sucessivo a direitos que o povo português conquistou com muita dificuldade.

E vem o Governo pedir mais sacrifícios aos portugueses. Mas não é como o senhor já aqui disse hoje, Sr. Primeiro-Ministro, não é com igualdade, não é para todos os portugueses. Não! A realidade é que serão sempre os mesmos, a maioria dos trabalhadores portugueses, a pagar o défice, enquanto que os grandes grupos económicos, principalmente a banca, engordam também à custa das dificuldades que levam os portugueses a endividarem-se cada vez mais.

Aliás, a postura do Governo nesta matéria pôde bem ser vista quando o Sr. Ministro das Finanças anunciou, há algum tempo, a falência para 2015 da segurança social, dando boas razões à banca e aos privados que vendem complementos de reformas para sorrirem e esfregarem as mãos de contentes.

É claro que não partilhamos desta opinião. Aliás, é nossa convicção que se o Governo actuar rapidamente, repondo o equilíbrio pelo lado da receita, poderá atacar o problema do défice na segurança social. O verdadeiro problema, parece-nos, é uma desadequação do actual sistema, porque, se o aumento da riqueza *per capita* tem vindo a subir gradualmente ao longo dos anos, o rendimento e os salários dos trabalhadores têm vindo também gradualmente a perder peso. E se é verdade que as contribuições para a segurança social são feitas com base nos ordenados, nos salários, naturalmente que as receitas têm de baixar e é preciso actuar deste lado, do lado da receita. E não é com medidas de *eGovernment*, medidas virtuais, com notificações de *e-mail* que a segurança social vai funcionar melhor ou vai ver os seus problemas resolvidos.

De facto, parece-nos que o Governo PS pretende fazer, nesta matéria, uma desresponsabilização clara dos seus deveres de justiça e de solidariedade social.

Esta intenção de desresponsabilização pode ver-se não só nas sucessivas faltas do Governo em transferir as verbas devidas para a segurança social, mas mais recentemente naquela que foi uma grande bandeira no programa do PS e, depois, no Programa do Governo, que foi o complemento solidário para idosos. Essa bandeira é um bom objectivo e pretende que os idosos não fiquem com menos de 300€ mensais. Mas só na discussão do Programa do Governo é que ficámos a saber que, afinal, era só para idosos com mais de 80 anos e nem no programa do PS, nem no Programa do Governo, nem na sua apresentação à Assembleia da República percebemos que a convergência e o complemento solidário para os idosos ia ser feito, mais uma vez, à custa das famílias, obrigando os filhos a pagarem e desresponsabilizando o Estado de

uma função que é eminentemente sua. Por essa via, o Estado está a sobrecarregar ainda mais os portugueses.

**Vozes de Os Verdes:** — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra, para responder, o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes, diz que «estamos todos de acordo com a desburocratização do sistema». Sim, estamos todos de acordo, mas nunca ninguém fez nada. O problema não é estar de acordo. O problema é fazer! E é muito importante que, ao estarmos todos de acordo, compreendamos que é mais fácil falar do que fazer. O que é necessário é instituir uma nova cultura e não acharmos que o tema pode ser objecto de uma referência num discurso e esquecido. Deve ser um tema permanente, porque, se queremos fazer um esforço permanente, tem de estar permanentemente no discurso político.

Quero também observar-lhe o seguinte, Sr. Deputado: se há prova de que não há no Governo uma obsessão com o défice, são justamente estas medidas. Temos bem consciência de que o caminho para o crescimento económico se faz também, em primeiro lugar, naturalmente, com o equilíbrio das contas públicas. Não estou de acordo com a desconsideração que se faz dessa matéria, mas penso que não é a única tarefa. Não é apenas essa tarefa que nos levará ao crescimento económico, como se acreditou no passado. O crescimento económico também pode ser conseguido, e deve ser conseguido, com o contributo de uma economia pública saudável, que dê bons sinais e seja credível. Isso é importante para contribuir para o crescimento. Mas não é um fim em si mesmo. É um instrumento para o crescimento!

O que estas medidas provam é que também apostamos no crescimento económico fundamentalmente à custa da criação de um clima de confiança e propício ao investimento. É para isso que estamos aqui! Não lhe vim aqui falar de défice. Quanto ao défice, estamos a fazer aquilo que devemos.

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Não estão a fazer nada!

O **Orador:** — Se há, aliás, uma nota muito interessante na política portuguesa é a de que se falou sobre o défice quando se teve de falar, isto é a seguir à publicação do relatório do Dr. Vítor Constâncio! Nesse momento, os 6,83% levaram o Governo a tomar medidas. Mas hoje a sociedade portuguesa sabe que o Governo está determinado nesse caminho, que não se desviará desse caminho. E pode ter uma certeza, Sr. Deputado: como está previsto no nosso PEC, em 2008 teremos um défice abaixo de 3%.

Mas esse não é o único ponto da nossa agenda política. Temos tido uma preocupação com o investimento! O Sr. Deputado não se deu conta das notícias destas últimas semanas a propósito dos investimentos? Certamente que deu.

Portanto, a nossa agenda quanto à política económica é a seguinte: a aplicação do Plano Tecnológico no sentido de combater o atraso estruturante nalguns sectores; a preocupação para criar um clima de confiança e de investimento do qual faz parte esta agenda modernizadora e simplificadora da Administração; e também a consolidação das contas públicas.

Finalmente, Sr. Deputado, esperava não ter de dizer isto de novo, mas não está a ser rigoroso quando diz que só se deu conta agora que o diploma do suplemento que vamos dar para combater a pobreza dos idosos... E vamos fazê-lo, o que será uma medida que vai, de certa forma, criar uma terceira geração de políticas sociais, porque é muito diferenciadora, é para dar só a quem precisa, porque, se quiséssemos dar a todos, o dinheiro não chegaria. É por isso que só dar a quem precisa, a quem realmente é pobre, e não estar a financiar aqueles que não necessitam é a forma correcta de fazer uma política social. Vamos tirar 300 000 idosos da pobreza, e o Sr. Deputado diz que só se deu conta agora que isto era feito por fases?! Sr. Deputado, eu disse isso mil vezes durante a campanha eleitoral, disse-o várias vezes já estando no Governo, e o Sr. Deputado diz que só descobriu...

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — O que não disse é que vão ser as famílias a suportar esse encargo!

O **Orador:** — Desculpe, mas o Sr. Deputado disse que descobriu agora que era só para idosos com mais de 80 anos. Não falte à verdade!

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Não, não!

O **Orador:** — Ah, não disse isso. Acho que disse, mas, enfim, acabemos com esta discussão.

Há muito tempo que estava claro que este apoio aos idosos era para se processar ao longo da Legislatura. Começou-se este ano com os idosos de 80 anos, no próximo ano abrangem-se os de 75 anos, depois os de 70 anos e, por fim, os de 65 anos. Mas o principal é que se perceba que esta é a medida mais importante de combate à pobreza que nos últimos anos foi realizada em Portugal.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para replicar, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes.

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, diz que «o problema é fazer». Estamos de acordo. No entanto, como já disse, parece-nos que o Governo prefere fugir para a frente com medidas que não vão resolver, na essência, os problemas, porque são medidas que podem fazer-se com pouco ou nenhum dinheiro, e não investe para dotar de meios e de instrumentos a Administração Pública, o que é necessário para efectivamente se resolverem os problemas. Aí é que discordamos.

O Sr. Primeiro-Ministro pergunta se não vi os investimentos anunciados. Vi, com certeza, os investimentos anunciados, assim como vi as empresas que fecharam no ano passado. Sabemos que «empresas vêm e empresas vão» e vemos que, neste mercado de concorrência, em que o Sr. Primeiro-Ministro deposita tanta confiança, o Governo não tem mão. E se hoje temos investimentos, daqui a um ano ou dois podemos ver esses investimentos fugirem e Portugal ficar, mais uma vez, em apuros.

O Sr. Primeiro-Ministro disse que é preciso criar um bom ambiente para os negócios. Estamos de acordo. Mas também é preciso criar bons negócios para o ambiente, e aí é que começamos a ficar preocupados. De facto, no conjunto de 10 medidas que hoje anunciou, foi com surpresa que verificámos uma total ausência de referência a medidas que, a acreditar na comunicação social, estão incluídas neste pacote, designadamente políticas de desburocratização, designadamente na área do licenciamento industrial e de empreendimentos turísticos, com vista a agilizar, simplificar procedimentos, dispensando pareceres ou descentralizando competências.

Sr. Primeiro-Ministro, não sei se inspirado com a recente notícia que dava a Portugal um honroso 11.º lugar num ranking internacional em performance ambiental — honroso, mas totalmente desajustado e impreciso, como reconhecerá, designadamente porque atribuía a Portugal 100% no abastecimento e no saneamento de água, valor que, infelizmente, sabemos estar muito longe da realidade, dada a preocupante e vergonhosa situação que temos relativamente aos nossos recursos hídricos —, o Governo considerou que estávamos tão bem a nível ambiental que decidiu agora, aparentemente, colocar em perigo e em risco o património ambiental pelo anúncio que o Sr. Ministro do Ambiente fez de flexibilização da construção em reservas ecológicas. Com isto, quero dizer muito claramente que o Partido Ecologista «Os Verdes» não tem problema nenhum em rever a reserva ecológica nacional. Entendemos até que é uma necessidade, porque é um regime que já tem alguma idade, mas preocupa-nos que essa revisão seja feita no sentido de facilitar a construção, conduzindo a uma apreciação mais célebre dos projectos para zonas protegidas.

A este propósito, cito o Sr. Ministro do Ambiente que disse que haverá três níveis nestas REN: no primeiro, haverá liberdade total de construção, não sendo preciso nenhum controlo da Administração; no segundo nível, haverá liberdade total de construção que fica unicamente sujeita a uma prévia comunicação; no terceiro nível, então, seremos mais cuidadosos e as construções ficarão sujeitas a autorização.

Por outro lado, o Sr. Ministro do Ambiente veio dizer que vai descentralizar essas competências para as autarquias.

Pensávamos que a postura do Governo em relação a isto era...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Por favor conclua.

O **Orador**: — Vou já concluir, Sr. Presidente.

Como dizia, pensávamos que a postura do Governo era mais cuidadosa nessa matéria e temos dúvidas se as autarquias serão as entidades mais adequadas para entender um conjunto de preocupações que são mais vastas do que o âmbito dos respectivos municípios.

Sr. Primeiro-Ministro, não podemos pôr de lado a necessidade de rever a REN, mas preocupa-nos a maneira como tal poderá ser feito. Tememos que possa conduzir à destruição de riqueza e de património natural do nosso país e que, inclusivamente, venha a matar a «galinha dos ovos de ouro», mesmo no caso do turismo.

E não nos venha com o argumento de que temos preconceitos em relação aos campos de golfe, ou ao turismo, ou aos empreendimentos, porque está aí o litoral algarvio a demonstrar que muitos erros foram cometidos, está aí o litoral alentejano a demonstrar que muitos erros podem ser cometidos.

Sr. Primeiro-Ministro, a verdade é que, perante um regime que já era muito apertado, e que, naturalmente, tem falhas, foram cometidos tantos desmandos, em Portugal, na área do ambiente e do ordenamento do território. O que será se esse regime se tornar mais ligeiro, tendo em atenção, inclusivamente, que o Estado tem tido cada vez menos meios e menos técnicos para fiscalizar essas áreas?!

Uma outra questão sobre que penso que o Sr. Primeiro-Ministro devia pronunciar-se é relativamente à proposta da Associação Nacional de Municípios e da Agência Portuguesa para o Investimento sobre um plano estratégico de pormenor, o qual o Sr. Ministro do Ambiente diz não conhecer mas que, contudo, faz parte do Plano Tecnológico. Suponho que isso não significará que as políticas de ambiente não fazem parte

do Plano Tecnológico.

**Vozes de Os Verdes e do PCP:** — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, obrigado pelas suas perguntas, porque permitem-me dizer alguma coisa sobre matérias tão importantes como são as do ordenamento do território.

Quero recordar-lhe, Sr. Deputado, que creio não ter razão quando diz apenas que estas medidas não gastam dinheiro. Como se isso fosse algum crime — «que horror isto não envolve o Orçamento!» É mesmo isso, Sr. Deputado!

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Eu não disse isso!

O **Orador**: — Disse, disse! Eu tomei nota! Disse «medidas que não gastam dinheiro».

Pois o segredo é mesmo esse: são medidas de opção política que não gastam dinheiro e que conduzem a grandes ganhos por parte dos agentes económicos...

*Aplausos do PS.*

... e também à melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Seguidamente, o Sr. Deputado disse «neste mundo é assim, há empresas que vão, empresas que vêm, e há muitas que não vão. Bom, e o Sr. Primeiro-Ministro acha que isto deve ser assim e confia nisto». Sr. Deputado, confio é nos portugueses...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — O contrário é que não sabemos!

O **Orador**: — ... e entendo que o nosso desafio é o de que não podemos aceitar andar para trás e querer continuar a competir nos patamares do mercado global menos sofisticados e menos preparados tecnologicamente. O desafio que se coloca a Portugal é colocar-se como um país que tem uma economia que é capaz de competir nos patamares mais exigentes da economia global.

Aceitar esse desafio significa duas coisas: termos um bom clima de confiança, um bom apelo ao investimento e preparamos os portugueses para esse futuro.

Não acredito em andar para trás. Para andar para trás também teríamos de basear o nosso modelo económico num perfil que aceitasse ter salários baixos para podermos competir nessas franjas de mercado. Não, não é aí que queremos competir. É por isso que a nossa economia está em transformação.

O dever do Estado é suportar e apoiar aqueles que são vítimas dessa transformação para que possam regressar, com confiança, ao mercado de trabalho. Mas o dever do Governo também é o de estimular a modernização. E nestas últimas semanas os sinais positivos, no que diz respeito ao investimento, indicam que este é um ciclo modernizador da economia.

O que foi anunciado são fábricas e investimentos, principalmente no domínio industrial, que têm a ver com o que de mais sofisticado se faz em todo o mundo do ponto de vista tecnológico e que compete nos mercados mais exigentes, mais sofisticados, de maior valor acrescentado, os quais exigem, também, uma muito elevada preparação dos quadros humanos. É aí que quero competir. Esse é o meu desejo.

O Sr. Deputado acha que não é possível? Pois trata-se, aqui, de confiar ou não nos portugueses. Eu confio nos portugueses. O dever de um governo é esse, é o de apelar à sociedade.

Nesta matéria, temos duas escolhas. Alguém quer andar para trás? Não! Quero encarar o futuro com optimismo, com energia e com vontade, deixando de chorar sobre os problemas mas enfrentando os desafios da globalização, da economia global, afirmando Portugal nesse contexto mundial.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Deputado, veja, por exemplo, a questão do litoral alentejano e o que é absolutamente ridículo como discussão — quero apontar isto como exemplo.

Nós cometemos muitos erros no Algarve, muitos, mas o que está a acontecer na costa alentejana, entre Tróia e Sines, é a garantia de que aqueles erros não vão voltar a ser cometidos. E porquê? Porque, entre Tróia e Sines, neste momento, estão a ser construídos, e foram autorizados, quatro excellentíssimos projectos de desenvolvimento turístico — o projecto de Tróia, o projecto da Comporta, o projecto do Pinheirinho e o projecto da Costa Terra —, quatro projectos da maior importância.

Porque são importantes estes quatro projectos?

São importantes, em primeiro lugar,...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, peço-lhe que conclua.

O **Orador**: — Sr. Presidente, vou já concluir. Se me permite, peço-lhe um pouco de tolerância porque considero este ponto importante.

Como dizia, aqueles projectos são importantes para o dinamismo da nossa economia, são importantes porque põem a nossa indústria turística a competir com o que há de mais exigente ao nível dos mercados turísticos. Estes quatro projectos competem nos mercados do Norte da Europa e naqueles cujos turistas exigem qualidade urbanística e ambiental, oferta cultural.

Acresce que estes são quatro projectos estruturantes, que criam uma referência na costa alentejana, que dão o exemplo e que garantem a todos nós que o turismo que ali vamos ter não será o turismo desordenado mas o turismo com categoria, com classe, o turismo que é bom para o nosso país e que também é bom para a região. Foi por isso que aprovámos estes projectos.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, e Srs. Membros do Governo, por acordo entre o PS, o PSD e o Governo, não haverá terceira volta de perguntas. Portanto, a segunda volta que agora se inicia será a última.

Peço a todos uma observância rigorosa do tempo de que dispõem, que é de 3 minutos para cada interveniente, para podermos concluir este debate em tempo útil.

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria do Rosário Águas.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria do Rosário Águas** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, fez um esforço, nesta sessão, para chamar ao debate os investimentos privados a cuja divulgação pública assistimos na semana que precedeu o acto eleitoral.

Começo por afirmar que não vou fugir a este tema e quero dizer-lhe que estamos satisfeitos porque é bom para o País e nem sequer criticamos a gestão política que o Governo fez ao associar-se àquela divulgação e por ter decidido fazê-la de uma forma concentrada. Isto porque sabemos todos que a economia vive, em boa parte, de expectativas e é-nos absolutamente indiferente se o mérito é mais dos privados ou mais do Governo. O que importa é que os investimentos aconteçam e, acima de tudo, que se concretizem.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

A **Oradora**: — A divulgação destes investimentos é importante porque podem ser a forma de alavancar outras iniciativas de igual importância.

O Sr. Primeiro-Ministro falou muito sobre a necessidade do discurso político, da mobilização, e é um pouco sobre isso que gostava de questioná-lo.

Temos as maiores reservas e as maiores dúvidas quanto ao modo de actuação do Governo com vista a uma estratégia de desenvolvimento sustentável da nossa economia.

Já tentámos esclarecer-nos junto do Sr. Ministro da Economia...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Em vão!

A **Oradora**: — ... mas, sinceramente, insiste em responder-nos, muitas vezes com irrelevâncias, com frases feitas ou com ideias soltas que carecem de coerência e de consistência.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

A **Oradora**: — Aproveitamos, pois, esta oportunidade para o interpelar porque temos a convicção de que a eficácia de uma missão pode ser largamente comprometida quando os objectivos são excessivos ou quando exista falta de fio condutor nos mesmos. Ora, o que acontece em relação ao Sr. Ministro da Economia é que começamos a conhecê-lo por, permanentemente, tentar apanhar os «comboios» que já vão em movimento.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

*Protestos do PS.*

A **Oradora**: — Por esta razão, Sr. Primeiro-Ministro, gostávamos de perceber qual é a sua ideia para o Portugal de amanhã, qual é o rumo que pensa para a nossa economia, no fundo quais são as ideias estratégicas que estão por trás das 166 medidas do Plano Tecnológico. No fundo, qual é a marca que pensa para o nosso país, no futuro? Um país conhecido pelo ambiente, pela cultura, pelo património, pelo petró-

leo? Conhecido por quê?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, por favor conclua.

A **Oradora**: — Sr. Presidente, lamento ter «estendido» muito esta minha primeira parte. Autoriza-me a fazer só mais duas perguntas?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, nós próprios também temos de ter disciplina, que é um factor da modernização do País. Deixo ao seu critério. Será também avaliada por isso.

Risos.

A **Oradora**: — Obrigada, Sr. Presidente.

Continuando, gostava de questionar o Sr. Primeiro-Ministro sobre mais alguns aspectos.

Sabemos que precisamos de melhorar os nossos factores de competitividade e até de alterá-los. Mas sabemos também que os melhores factores de competitividade da nossa economia são os que são exclusivos e únicos do nosso país. Por isso, entendemos que qualquer projecto de investimento, independentemente da sua bondade, dos seus efeitos imediatos, seja no domínio da tecnologia, seja no da qualificação da mão-de-obra, não é bom se comprometer a prazo o que são as vantagens comparativas do País.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

A **Oradora**: — Portanto, nem todos os investimentos são bons.

Ora, temos razões para crer, pela forma como o Governo está a acolher todo e qualquer investimento, que não estão a ser usados critérios rigorosos.

Assim, gostávamos de saber quais são, no entender do Sr. Primeiro-Ministro, os sectores em que, efectivamente, Portugal deve apostar em nome de um desenvolvimento coerente e sustentado e quais são os sectores que devem ser eliminados.

Gostávamos de saber também, Sr. Primeiro-Ministro, o que pensa fazer no que diz respeito ao impulsionamento destes factores de competitividade em relação às empresas que já existem no País, às que estão alicerçadas em sectores tradicionais da economia, pois, como sabemos, são as que carecem de alteração desses factores de competitividade. Quais são as medidas concretas para impulsionar a modificação e a modernização dessa empresas, por forma a que os respectivos produtos tenham maior valor acrescentado e sejam mais diversificados?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, a quem peço que observe o tempo previsto.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, registo as suas palavras, embora eu próprio tenha de pedir-lhe esclarecimentos. Mas começemos, então.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada considerou uma estranha coincidência, uma gestão política do Governo, o anúncio dos investimentos feito antes das eleições presidenciais. Ora, Sr.<sup>a</sup> Deputada, recordo-lhe que esses investimentos são privados, não são decididos pelo Governo.

Há uma coisa de que ninguém acusa este Governo, que é de ter uma gestão política de iniciativas de acordo com o ciclo eleitoral.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Toda a gente percebeu!

O **Orador**: — Dois dias antes das eleições, foi anunciado, e decidido, um aumento no preço da gasolina, aliás como estava previsto já desde o ano passado, e não houve aí nenhuma preocupação do Governo em escolher uma outra altura para o fazer.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Isso é verdade!

O **Orador**: — É, portanto, absolutamente injusta essa sua avaliação que, aliás, se verificou tanto nestas eleições como nas eleições autárquicas.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, não posso estar mais de acordo consigo quando afirma que nem todos os investimentos são bons — com certeza! —, mas estes que foram anunciados são muito bons para Portugal.

**Vozes do PS**: — Muito bem!

**O Orador:** — E se a Sr.<sup>a</sup> Deputada tem alguma dúvida faça favor de dizer qual!

A Sr.<sup>a</sup> Deputada sabe que temos uma agência de promoção do investimento, com uma série de técnicos qualificados que analisam todos esses projectos e calculam o impacto no PIB, na nossa economia, nas exportações, no emprego — esse é o dever deles. Mas esse é também um papel que cabe ao Ministério do Ambiente, sempre preocupado com a preservação do ambiente e com os impactes na natureza — isso é feito pelos serviços.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada quer referir-se a algum em concreto? O que é que quis dizer? Pode esclarecer-me? Tem alguma preocupação quanto a algum projecto em concreto em que o Estado tenha sido menos escrupuloso? Será o projecto do «Pinheirinho», Sr.<sup>a</sup> Deputada? Demorámos «apenas» 15 anos a dizer a uns suíços que têm um perfil accionista do melhor que há no mundo, com uma ética ambiental e social indiscutível — demorámos 15 anos a dizer-lhes «sim»!

Será, porventura, na Autoeuropa? A Sr.<sup>a</sup> Deputada acha que não devemos acompanhar o esforço de investimento na Autoeuropa, agora que a Volkswagen decidiu criar um modelo que só será produzido aqui, em Portugal?

Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem de me esclarecer, porque não consigo perceber onde é que tem essas dificuldades.

Uma coisa posso garantir-lhe: o Governo não acolhe qualquer projecto, mas não deixa de acolher projectos apenas porque a oposição fica zangada por o Governo poder agora dispor de muitos projectos. Era só o que faltava, Sr.<sup>a</sup> Deputada!!

*Applausos do PS.*

Se tem alguma dúvida em concreto, faça favor de apresentá-la ao Ministério da Economia.

**O Sr. Presidente:** — Queira concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

**O Orador:** — Concluo, Sr. Presidente, relembrando à Sr.<sup>a</sup> Deputada que, em matéria das empresas que existem em Portugal, quer o PRIME — Inovação (Programa de Incentivos à Modernização da Economia) quer os incentivos para a investigação e desenvolvimento foram iniciativas que, no campo das empresas já existentes, reflectem a nossa intenção de concretização do Plano Tecnológico.

*Applausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Para formular uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Maximiano Martins.

**O Sr. Maximiano Martins (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, bem está o Governo quando traz este tema ao Parlamento e ao País.

A simplificação administrativa e a modernização do Estado são de primeiríssima importância para o cidadão como para as empresas. Para os cidadãos porque um Estado prestador de serviços, de forma amiga e próxima dos cidadãos, facilita o dia-a-dia do cidadão e permite uma vida com mais qualidade.

Daqui a minha primeira questão: pretende o Governo, Sr. Primeiro-Ministro, prosseguir este caminho de um novo paradigma do Estado no seu relacionamento com a sociedade também na óptica do cidadão comum, quer na administração central quer, paulatinamente, na administração local?

Mas estas iniciativas são também de grande importância para as empresas porque um enquadramento administrativo mais simplificado é uma componente importante da base competitiva das empresas. São medidas como estas que criam uma base de confiança necessária para mobilizar os agentes económicos e para estimular o investimento nacional e estrangeiro, e que credibilizam também o Estado, o sentido de colectividade e o sentido de serviço público.

É, pois, o caminho certo!

Nesta mesma linha, insere-se a criação da «via verde» para projectos de elevado interesse nacional, da «Empresa na hora» e da «Marca na hora», agora anunciada.

Mas é também esta confiança que fundamenta o aparecimento, em Portugal, de investimentos recentes em áreas exportadoras, de forte valor acrescentado e de elevado nível tecnológico, em áreas com dinâmica de crescimento, como a do automóvel, das energias, da biotecnologia e do turismo.

Daí a minha segunda questão: Sr. Primeiro-Ministro, qual o papel da confiança na captação ou confirmação destes projectos? Qual o papel das políticas públicas e da actuação do Governo como catalizadores e estimuladores destes processos, em que a iniciativa privada é determinante?

Estamos perante um novo modo de actuação, que quero aqui sublinhar ou, mesmo, um novo modelo de políticas públicas, de natureza mais pró-activa. E estamos perante novos paradigmas para o financiamento do Estado.

Ver esta concepção das políticas públicas e dos paradigmas do Estado aplicados às empresas e ao crescimento económico e também aos cidadãos é matéria que o País precisa de ouvir por parte do Governo.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Maximiano Martins, em primeiro lugar, o Programa a apresentar em Março, versará fundamentalmente, a simplificação administrativa que tem a ver com o cidadão. As medidas que agora aqui apresentei, e que foram começadas a trabalhar através da elaboração dos documentos legislativos necessários, são medidas que dizem respeito à facilitação da vida das empresas, justamente para dar esse sinal de confiança. A confiança é absolutamente crítica e o sinal de confiança para o mercado, para o mundo dos negócios tem de ser, em primeiro lugar, um sinal de confiança que lhes permita identificar se este Governo está ou não em condições de fazer aquilo que tem de ser feito, para dar credibilidade à nossa economia.

Julgo que já demos esses sinais. O mercado sabe bem, aqui e lá fora, que estamos disponíveis para fazer aquilo que temos de fazer, não abdicando, por maior que seja a dificuldade, de fazê-lo.

Estamos determinados a que a nossa economia seja uma economia credível internacionalmente. Esse é o primeiro sinal para a confiança.

Naturalmente, o anúncio das medidas, o próprio debate acerca das medidas, criou um mau clima de confiança, em Portugal, nos consumidores e até nos agentes económicos, mas isso é sempre assim. Nunca houve um governo, em nenhum país do mundo, que anunciasse um esforço de consolidação orçamental que não tivesse esses efeitos.

Mas estamos a recuperar, isso está a passar. As pessoas percebem que pedimos esses sacrifícios em nome de um futuro melhor.

É por isso importante a recuperação da confiança por um Governo que tem uma maioria absoluta, que teve um mandato expresso, dado pelos portugueses, para governar durante quatro anos, para tentar implementar uma política durante quatro anos e para ser avaliado daqui a quatro anos...

**Vozes do CDS-PP**: — O nosso governo também era para quatro anos!

O **Orador**: — E esse Governo está determinado a fazer aquilo que deve fazer! Mas não está determinado a fazer do défice uma obsessão, não! Nós sabemos o que há a fazer e estamos a fazê-lo!

Mas o nosso dever é ter uma agenda de política económica que responda aos problemas estruturais do nosso atraso, em primeiro lugar, em matéria de qualificação, razão pela qual lançámos o programa mais ambicioso de formação, ao qual vamos atribuir o maior número de verbas no futuro Quadro Comunitário de Apoio, que é o programa de qualificações «Novas Oportunidades». Mas também estimular a confiança dos empresários e atrair o investimento. Não vamos estar à espera num gabinete que o investimento estrangeiro venha ter connosco; iremos procurá-lo. E se há resposta, Srs. Deputados do PSD, que o Ministro da Economia deu a todas as vossas perguntas, foi esta: ele respondeu com investimentos!

*Aplausos do PS.*

E um Ministro da Economia que responde com investimentos, está atento e toma iniciativas para atrair esse investimento para Portugal, como se faz na economia global, é um Ministro que percebe bem a sua função.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O **Orador**: — É por isso que só uma visão muito ingénua pode pretender que todos estes investimentos foram conseguidos sem que o Ministro da Economia fizesse algo. Não acreditem nisso!

*Aplausos do PS.*

O mérito destes investimentos tem um nome e um rosto: chama-se Manuel Pinho e é Ministro da Economia.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para formular uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, quero falar exactamente de uma das questões que o Sr. Primeiro-Ministro referiu no final desta sua intervenção, isto é, da maioria absoluta e dos seus efeitos na questão da transparência da acção governativa, designadamente no que toca aos poderes de fiscalização da Assembleia da República.

Todos nos lembramos do que era a maioria anterior, quando tocava a investigar actos do governo, designadamente em comissões de inquérito. E também nos lembramos do que o Partido Socialista dizia — e bem! —, criticamente, em relação à atitude da maioria anterior. E lembra-nos também do compromisso de diferença no exercício da maioria absoluta que o Sr. Primeiro-Ministro assumiu nesta Câmara, no debate do Programa do Governo.

Ora, o que vemos agora é que, afinal, essas palavras não têm correspondência com a realidade. Ontem, tivemos nesta Assembleia dois casos absolutamente inaceitáveis, do ponto de vista do esclarecimento de questões essenciais da acção governativa. Um deles tem a ver com a Comissão de Inquérito à Gestão do Processo Eurominas, relacionada com processos de um governo anterior do Partido Socialista, em que o PS e a sua maioria se recusam a ouvir relevantes depoentes e procura encerrar à pressa os trabalhos desta Comissão.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Têm medo!

O **Orador**: — São 12 milhões de euros que podem ter sido indevidamente atribuídos, é um processo em que há passagem de governantes para «o outro lado», para intervir do lado das empresas que acabaram por beneficiar com estas indemnizações (aliás, com duvidosa legalidade), e os Srs. Deputados da maioria que sustenta o seu Governo impediram que, em determinada altura, aqueles que fundamentaram a posição do Estado, de poder recusar essa indemnização pudessem ser ouvidos nesta Comissão.

Também ontem, a mesma maioria absoluta do Partido Socialista «chumbou» um projecto de resolução, do PCP, em que propúnhamos a constituição de uma comissão de inquérito sobre a reestruturação do sector da energia, comissão esta que pretendia saber coisas como: quais são os compromissos com o Grupo Amorim? Por que é que o Ministro da Economia diz que «não há papéis» sobre todo este acordo? Que compensações foram dadas à ENI e à Iberdrola? Que possibilidades estão abertas, no futuro, para que tomem posições mais fortes, em prejuízo do interesse nacional e do controlo estratégico do interesse público na condução dos negócios destas áreas essenciais para o País?

Este esclarecimento é indispensável!!

O Sr. Primeiro-Ministro falou hoje muito aqui de «bom ambiente» para os negócios. Esperemos que este não seja um bom ambiente para os negócios de promiscuidade entre o interesse público e o interesse privado. Esperemos que esta maioria não continue a ser uma maioria de bloqueto ao apuramento da verdade e ao esclarecimento dos factos.

E, por favor, Sr. Primeiro-Ministro, não responda que este é um assunto do Grupo Parlamentar do PS. É do Grupo Parlamentar do PS e do Governo, porque se o Grupo Parlamentar do PS impede é porque o Governo não quer responder.

*Protestos do PS.*

Diz o povo, Sr. Primeiro-Ministro, que «quem não deve não teme». Pelos vistos, nestes casos, o Governo teme a verdade e o esclarecimento e, por isso, quer «varrer o lixo para debaixo do tapete».

*Aplausos do PCP e de Os Verdes.*

O Sr. **Alberto Martins** (PS): — Isso não é sério!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Bernardino Soares, primeiro a verdade: quem «chumbou» essa comissão de inquérito, estou informado, foi o PS, o PSD e o CDS-PP. Portanto, o Sr. Deputado, ao insinuar que isto foi uma afirmação totalitária de uma maioria, apenas quis enganar os portugueses.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Não, não!

O **Orador**: — Seja verdadeiro!

*Aplausos do PS.*

Sei que o Sr. Deputado não afirmou o contrário, mas podia ter dito: por que razão é que o PS, o PSD e o CDS-PP não aprovaram? Por uma única razão, Sr. Deputado: é que não há motivo para isso.

O Sr. Deputado apenas lança insinuações...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Insinuações?!

O **Orador**: — Sim, insinuações! É que garanto-lhe que, em todo esse processo de reestruturação das empresas, nada mais existe do que aquilo que é público...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Ai é?...

O **Orador**: — É!! Nada mais existe, nada mais, do que aquilo que é público e além de tudo o que está escrito! É que o Estado não faz «negócios secretos», Sr. Deputado! Não sei a que Estado o senhor está habituado,...

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Essa é muito feia!

O **Orador**: — ... mas este Estado não faz «negócios secretos»!!

*Aplausos do PS.*

E, mais, Sr. Deputado: quando quiser algum esclarecimento, faça favor, o Sr. Ministro da Economia está disponível para vir aqui quando o senhor quiser.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Não respondeu!

O **Orador**: — E se o Sr. Deputado até quiser fazer disso «chicana política», faça favor, nós estamos disponíveis para lhe responder quando quiser. É que aqui, em matéria de energia e de negócios, o Estado nada tem a esconder, nem pode ter, porque todos os negócios são públicos!

Está bem, Sr. Deputado?!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Não está bem, não!

O **Orador**: — Está bem, está!!

Quanto à Comissão de Inquérito à Gestão do Processo Eurominas, a Comissão ouviu todos os ex-responsáveis políticos que entendeu.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Os que o PS quis ouvir!

O **Orador**: — Portanto, não pode haver, da parte do Partido Socialista, um comportamento de maior abertura. Esta Comissão existe porque o PS votou a favor da sua constituição — e porque não há nada a esconder, Sr. Deputado!!

*Aplausos do PS.*

*Protestos do PCP.*

Seja justo, Sr. Deputado! Se não há comissão, é porque não há; se há comissão, é porque há e porque não deixa...!

Ó Sr. Deputado, o senhor apenas procura argumentos para atacar o Partido Socialista, sem qualquer razão! Que obsessão é essa sua agora com o Partido Socialista? Por que é que faz do Partido Socialista a sua obsessão e a sua prioridade no combate político?

Por amor de Deus! O Sr. Deputado não tem razão, porque o comportamento da maioria socialista tem sido o exemplo de uma maioria que se comporta sem arrogância e sem qualquer abuso de poder. Essa é que é essa!!

*Protestos do Deputado do PCP José Soeiro.*

Já houve outras maiorias absolutas nesta Sala, já as houve nesta Câmara! E esta maioria comporta-se com abertura, com sentido do dever e da responsabilidade, mas sem qualquer espécie de jactância, nem de arrogância, nem de abuso do poder! E pronto!

*Aplausos do PS.*

Lamento que o Sr. Deputado nada mais tenha perguntado sobre o tema do debate e que apenas se tenha referido a isso.

*Protestos do Deputado do PCP Bernardino Soares.*

Mais uma vez: a maioria absoluta do PS permanece fiel àquilo que eu disse aqui, no primeiro momento, e ao que disse o líder parlamentar: seremos uma maioria absoluta, que tem um objectivo e um mandato, mas neste mandato não se inclui abusar do poder, nem usar de arrogância no debate político, mas estar sempre com abertura e com consideração pelas propostas dos outros!

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O Sr. **José Soeiro** (PCP): — O problema é a prática!

O **Orador**: — E ouviremos sempre as críticas e considerá-las-emos em benefício do Governo, em benefício da bancada e em benefício da Assembleia da República!

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma última pergunta neste debate, tem a palavra o Sr. Deputado António Pires de Lima. A seguir, teremos a resposta do Sr. Primeiro-Ministro.

Faça favor, Sr. Deputado Pires de Lima.

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, são obviamente positivas, muito positivas, muitas das medidas que, hoje, aqui anunciou — repito: anunciou — no sentido de simplificar a vida das empresas.

O que não percebo, muito sinceramente, é a necessidade de marcar um debate — uma discussão — sobre aquilo que é óbvio. Se é óbvio, não tem discussão, dou-lhe os meus parabéns! Mas isto não é suposto ser uma homilia.

*Protestos do PS.*

São medidas importantes! Portanto, se não se importa — e não me leve a mal —, depois de dar-lhe os parabéns por estes anúncios, vou concentrar-me naquilo que considero ser matéria de debate e discussão.

O Sr. Primeiro-Ministro é uma pessoa que tem muitas qualidades: muita energia, dinamismo, teimosia, mau feitio...

*Risos do CDS-PP e do PSD.*

Tudo qualidades! Mas o que não vai conseguir é fazer passar o Grupo Parlamentar do CDS, e os portugueses em geral, por tolos! Não vai conseguir!

Olhe, relativamente ao tema das eólicas, vamos lá esclarecer uma coisa: se o concurso teve de ser prorrogado um mês, a pedido de duas empresas portuguesas, a Galp e a EDP...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Três consórcios!

O **Orador**: — ... e, se a única empresa que esteve em condições de responder às condições que o próprio Governo definiu para o concurso foi uma empresa — que, por acaso, era a Iberdrola —, resulta daqui que as denúncias que fizemos em tempo oportuno na comissão eram correctas.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Óbvio!

O **Orador**: — Isto é que as regras do concurso punham em dificuldade as empresas portuguesas e favoreciam objectivamente uma empresa que era uma empresa espanhola.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Quem criou as regras foi o Governo!

O **Orador**: — Portanto, ainda bem — ainda bem! — que prorrogou a data do concurso! Ainda bem!

**Vozes do PS:** — Ahhh...!

O **Orador**: — Mas foi uma pena que as regras tivessem sido excedidas da maneira que foram, porque é lamentável que duas empresas portuguesas estejam em dificuldades para concorrer e tenham de pedir um mês, em Portugal, para concorrer a um concurso sobre a energia eólica em Portugal!

*Aplausos do CDS-PP.*

*Protestos do PS.*

Segundo tema, Sr. Primeiro-Ministro: fica-lhe bem e penso que é necessário, de facto, «puxar» pelo Ministro da Economia. Mas se os investimentos que estão anunciados em Portugal são privados, suponho que o principal mérito desses investimentos é dos investidores privados, não é o Ministro Manuel Pinho!

*Protestos do Primeiro-Ministro e do PS.*

Para além disso, o Sr. Primeiro-Ministro sabe perfeitamente que muitos destes investimentos, que são importantes — e fico satisfeito por esses investimentos se virem a concretizar —, têm um tempo de maturação de um, dois, três anos.

Portanto, é uma certa falta de pudor atribuir a concretização destes investimentos ao Ministro, que está em funções, há 10 meses!!

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

*Protestos do Primeiro-Ministro e do PS.*

**O Orador:** — Terceiro ponto: imposto (e eu queria ir à matéria dos impostos).

Sr. Primeiro-Ministro, não é verdade que tivéssemos de aumentar o imposto sobre os produtos petrolíferos (ISP) se não se tivesse permanecido na teimosia de manter as SCUT. Aliás, esta confirmação, esta constatação, foi tomada pelo Dr. Vítor Constâncio um mês depois de o senhor ter tomado posse.

Quando insistiu, no Programa do Governo, que as SCUT iam continuar,...

*Protestos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Queira concluir, por favor.

**O Orador:** — Sr. Presidente, peço-lhe um minuto de tolerância, à semelhança... Até porque sou o último a falar.

Mas ia eu a dizer que foi o próprio Governador do Banco de Portugal que disse que era possível manter as SCUT desde que se aumentasse o imposto sobre os produtos petrolíferos.

**Vozes do PS:** — Já cá faltava!

**O Orador:** — Isto está em acta, está registado. São declarações públicas que todos podem confirmar.

**Vozes do CDS-PP e do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Portanto, o Governador do Banco de Portugal foi o «pai» deste aumento de impostos, que, agora, tivemos em termos de combustíveis.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Finalmente, e ainda em termos de impostos, Sr. Primeiro-Ministro, quero pôr-lhe uma última questão que gostava de ver esclarecida.

O coordenador do grupo de trabalho nomeado pelo Governo para rever a Lei das Finanças Locais, o Prof. Paulo Trigo Pereira, abriu a possibilidade de as autarquias passarem a dispor de parte das receitas do IRS, cobradas na sua área, ou lançarem uma derrama sobre a colecta deste imposto. Este é o grupo de trabalho, como parte, que está a trabalhar a matéria da revisão da lei de financiamento das autarquias locais.

Ora, eu queria, de uma forma muito clara, que o Sr. Primeiro-Ministro nos dissesse se, realmente, contempla como hipótese seguir esta proposta que está a ser sugerida pelo próprio coordenador do grupo de trabalho que o Governo lançou. Isto é, uma derrama significa aumento do IRS que é definido por cada autarquia.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente!

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

**O Sr. Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente e Srs. Deputados, estas medidas são óbvias, diz o Sr. Deputado Pires de Lima.

Bom, são muito óbvias, mas não foram feitas! Agora, vão ser!

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Exactamente!

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP) — Também é verdade.

O **Orador**: — São tão óbvias, tão óbvias que não ocorreram a quem quer que fosse, no passado! Não se lembraram, ninguém, nenhum governo!

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Algumas foram!

O **Orador**: — Sr. Deputado, o problema não é esse...

*Protestos do Deputado do CDS-PP Nuno Teixeira de Melo e do PS.*

Calma!

O problema é considerar que este é um trabalho sem fim, não se esgota agora. O importante é valorizarmos este tema no debate político.

Já agora também, Sr. Deputado, relembro-lhe a obrigação do CDS de apresentar umas sugestões neste domínio. Não eram mal vindas!

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP) — O Deputado Nuno Teixeira de Melo apresentou-as.

O **Orador**: — Desculpe, eu não dei conta...

**Vozes do CDS-PP**: — Ahhh...!

O **Orador**: — Não dei conta! Algum trabalho de casa falta fazer para um partido tão preocupado com este tema!

Depois, Sr. Deputado, quanto ao tema das eólicas,...

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Também falta trabalho de audição do Sr. Primeiro-Ministro!

O **Orador**: — Se não se importam, Srs. Deputados, eu também vos oiço, como digo, com respeito e nem sempre com muito prazer.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP) — É recíproco!

O **Orador**: — Eu sei que é recíproco. Portanto, façam favor de me ouvir também em silêncio!

Dizia eu o seguinte: em primeiro lugar, este concurso das eólicas, de que o Sr. Deputado fala, não é igual ao concurso anterior. É um concurso muito diferente.

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — É pior!

O **Orador**: — Onde é que está a diferença? É na exigência.

É que este concurso não cria apenas um «apetite» para ter mais quota neste domínio. Não! Cria uma obrigação de inovação e de investimento industrial. E é por isso que este concurso é mais exigente e cria mais dificuldade aos consórcios — se está familiarizado com isso...

Mas o Sr. Deputado compreenderá: não faço programas de concurso, nem faço cadernos de encargos, o que sei é que houve três consórcios que pediram o adiamento. E o Sr. Deputado insiste em que é uma medida a favor da Iberdrola darmos a essas três empresas a possibilidade de ter mais 30 dias.

*Risos do PS.*

Olhe, Sr. Deputado, isso nem tem lógica, nem tem qualquer tipo de perspectiva.

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Não foi isso o que eu disse!

O **Orador**: — Não, o que o Sr. Deputado diz é o seguinte: «Ah! Esse tal de caderno de encargos, esse programa de concursos, estava feito contra as empresas portuguesas!»

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Isso, sim, foi o que eu disse!

**O Orador:** — Porquê? Por ser muito exigente?! Mas, se está de acordo com o que nós prorrogámos, então, agora, o Sr. Deputado...

Sabe uma coisa? Isso também carece de ser provado! Ou o Sr. Deputado defende aqui algum interesse?

**O Sr. António Pires de Lima (CDS-PP)** — Não!

**Vozes do PS:** — Ahhh...!

**O Orador:** — Não defende. Nem eu!

Portanto, aceitemos que nem o Sr. Deputado nem eu tratamos de programas de concurso e que o assunto está bem entregue a um júri de concurso e a um departamento da Administração que faz este tipo de concursos. Os objectivos políticos deste concurso são mas é muito diferentes dos anteriores. E porquê? Porque, agora, exigem que todos os competidores tenham um investimento industrial significativo...

**O Sr. António Pires de Lima (CDS-PP)** — Isso já se exigia!

**O Orador:** — Não, não! Os outros não exigiam.

Não, não...! Não é apenas fabricar umas pás... É muito mais exigente, Sr. Deputado!

*Protestos do Deputado do CDS-PP António Pires de Lima.*

Não, não!

Desculpe, Sr. Deputado, sei do que estou a falar, nessa matéria. Talvez o senhor é que não saiba do que está a falar.

Peço desculpa! O senhor é que não sabe, porque as exigências relativamente à questão industrial são muito superiores agora do que eram no passado, Sr. Deputado.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Factos são factos! Não é matéria de...

**O Sr. Presidente:** — Sr. Primeiro-Ministro, queira concluir, por favor.

**O Orador:** — Vou concluir, Sr. Presidente e Srs. Deputados, referindo-me também aos investimentos privados.

O Sr. Deputado desculpe, mas nesta matéria também está mal informado: alguns destes projectos privados foram aprovados e resultaram de uma iniciativa do Governo.

Lembra-se dessa iniciativa PIN (Projectos de Potencial Interesse Nacional)? Alguns deles são o resultado dessa via verde para esse investimento. E alguns deles resultam de intensas negociações entre privados e a Administração Pública portuguesa — a Agência Portuguesa para o Investimento (API). E este trabalho é que tem de ser creditado a quem o liderou: o Sr. Ministro da Economia!

É uma grande injustiça esse preconceito que o senhor tem, julgando que agora, apenas porque isto aconteceu, não se pode nem valorizar, nem sublinhar, nem fazer justiça àquilo que foi uma boa iniciativa. Porque estes investimentos «não caem do céu»!!...

**Vozes do PS:** — Muito bem!

*Protestos do Deputado do CDS-PP António Pires de Lima.*

**O Orador:** — Finalmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para terminar, gostaria de afirmar o seguinte: espero que, com este debate, se tenha colocado no debate político este aspecto da simplificação administrativa, como sendo um dos aspectos mais importantes para a modernização da nossa economia e para o retorno da confiança.

É por isso que julgo que, ao fazermos este debate, o Governo dá um sinal claro de que a nossa agenda económica não se concentra apenas na resolução dos problemas orçamentais: concentra-se no crescimento, na confiança, no investimento.

Nós não desistimos da economia e foi por isso que quisemos propor-vos este debate.

Muito obrigado a todos!

*Aplausos do PS, de pé.*

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP) — E não respondeu à questão das derramas?!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está concluído o debate mensal com o Primeiro-Ministro.

A nossa próxima reunião plenária realizar-se-á na quarta-feira, dia 1 de Fevereiro, às 15 horas, terá um período de antes da ordem do dia e o período da ordem do dia consistirá na apreciação, na generalidade, dos projectos de lei n.ºs 139/X — Estabelece as normas sobre acessibilidade das pessoas com deficiência e com mobilidade condicionada no meio urbano edificado (PSD) e 140/X — Diagnóstico genético pré-implantação e intervenções na linha germinativa (BE).

Está encerrada a sessão.

*Eram 13 horas e 50 minutos.*

*Srs. Deputados que entraram durante a sessão:*

Partido Socialista (PS):

Alberto Arons Braga de Carvalho  
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal  
Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes  
Umberto Pereira Pacheco

Partido Social Democrata (PSD):

António Paulo Martins Pereira Coelho  
Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva  
Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho  
Sérgio André da Costa Vieira  
Vasco Manuel Henriques Cunha

Partido Comunista Português (PCP):

Maria Odete dos Santos

Partido Popular (CDS-PP):

José Miguel Nunes Anacoreta Correia  
Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro

*Srs. Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:*

Partido Socialista (PS):

José Eduardo Vera Cruz Jardim  
Júlio Francisco Miranda Calha  
Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo

Partido Social Democrata (PSD):

João Bosco Soares Mota Amaral  
José António Freire Antunes  
José Luís Fazenda Arnaut Duarte  
José Mendes Bota  
Manuel Filipe Correia de Jesus

Partido Comunista Português (PCP):

Abílio Miguel Joaquim Dias Fernandes

*Srs. Deputados que faltaram à sessão:*

Partido Socialista (PS):

Alcídia Maria Cruz Sousa de Oliveira Lopes  
António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino  
Joaquim Augusto Nunes Pina Moura

José Manuel Lello Ribeiro de Almeida  
Manuel Alegre de Melo Duarte  
Maria Jesuína Carrilho Bernardo

Partido Social Democrata (PSD):

Agostinho Correia Branquinho  
Carlos Jorge Martins Pereira  
Joaquim Virgílio Leite Almeida Costa  
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto  
José de Almeida Cesário  
Mário Henrique de Almeida Santos David  
Paulo Artur dos Santos Castro de Campos Rangel  
Pedro Augusto Cunha Pinto

Partido Popular (CDS-PP):

Paulo Sacadura Cabral Portas

Bloco de Esquerda (BE):

João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL